

CADERNO DE RESUMOS

Carmelita Brito de Freitas Felício (org.)

XXIX SEMANA DE FILOSOFIA / XXIV SEMANA DE
INTEGRAÇÃO GRADUAÇÃO/PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE DE FILOSOFIA - FAFIL/UFG



FUNAPE
Fundação de Apoio à Pesquisa

Cegraf UFG



Universidade Federal de Goiás

Reitora

Angelita Pereira de Lima

Vice-Reitor

Jesiel Freitas Carvalho

Diretora do Cegraf UFG

Maria Lucia Kons

Comissão científica

Adriano Correia

André da Silva Porto

Carla Milani Damião

Helena Esser dos Reis

Márcia Zebina Araújo da Silva

Ricardo Basílio Dalla Vecchia

Comissão organizadora

Hans Christian Klotz (coord.)

klotzchr@ufg.br

Membras(os)

Carmelita Brito de Freitas Felício

carmelita55@ufg.br

Elliot Santovich Scaramal

elliotsaramal@ufg.br

Iasy Orides de Castro

iasy_orides@discente.ufg.br

Paola Dias Bauce

paola.dias@discente.ufg.br

Thiago Suman Santoro

thiago_santoro@ufg.br

CADERNO DE RESUMOS

Carmelita Brito de Freitas Felício (org.)

XXIX SEMANA DE FILOSOFIA / XXIV SEMANA DE
INTEGRAÇÃO GRADUAÇÃO/PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE DE FILOSOFIA - FAFIL/UFG

© 2025 Carmelita Brito de Freitas Felício (org.)

© 2025 Cegraf UFG

Revisão

Carmelita Brito de Freitas Felício

Projeto gráfico e diagramação

Julyana Aleixo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Caderno de resumos : XXIX Semana de Filosofia /
XXIV Semana de Integração Graduação/Pós-Graduação
da Faculdade de Filosofia : FAFIL-UFG
[livro eletrônico] / organização Carmelita Brito
de Freitas Felício. -- 1. ed. -- Goiânia, GO :
Cegraf UFG, 2025.
PDF

Vários autores.
Bibliografia
ISBN 978-85-495-1247-5

1. Educação 2. Filosofia - Congressos - Brasil
3. Pesquisa científica I. Felício, Carmelita Brito
de Freitas.

25-316284.0

CDD-100

Índices para catálogo sistemático:

1. Filosofia 100

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

SUMÁRIO

Apresentação.....	10
--------------------------	-----------

Carmelita Brito de Freitas Felício

CONFERÊNCIAS

UMA LEIBNIZIANA NA FRANÇA: as instituições de física de Madame du Châtelet.....	13
--	-----------

Abel Lassalle Casanave

O PROTAGONISMO EPISTÊMICO DO SUJEITO DA INJUSTIÇA.....	14
---	-----------

Bethania de Albuquerque Assy

O PORVIR DO (NÃO) HUMANO: desconstruções, disseminações.....	15
---	-----------

Evando Nascimento

ONTOLOGIA, CONCEITOS SISTEMATIZADORES, EPISTEMOLOGIA GENÉTICA E IDEALISMO HEGELIANO: filosofia como sistema e diversidade e a constituição filosófico-científica das realidades.....	16
---	-----------

Ricardo Pereira Tassinari

AS ONTOLOGIAS PROCESSUAIS EM UM CONTEXTO AFRICANO: Tshiamalenga-Ntumba	17
---	-----------

Wanderson Flor do Nascimento

MINICURSOS

ENSINO DE FILOSOFIA EM PERSPECTIVA: diálogos entre pesquisa, formação e prática docente.....	19
---	-----------

Elisete M. Tomazetti

DA ONTOLOGIA À MORFOLOGIA DA OBRA MUSICAL; DA MORFOLOGIA À SÍNTESE SOCIAL	20
--	-----------

Curso de filosofia da música	20
---	-----------

Jean-Pierre Cardoso Caron

COMUNICAÇÕES

O GÊNERO COMO RECURSO POLÍTICO E MORAL PARA A RESTRIÇÃO ONTOLÓGICA	23
---	-----------

Adriana Delbó

HERÁCLITO E NIETZSCHE: A ideia de eterno retorno	24
---	-----------

Alice Tito Fonseca

O ENSINO DE FILOSOFIA E O CORPO DOCENTE	25
<i>Ana Carolina Gomes Araújo</i>	
<i>David Lucas Barbosa Silva</i>	
CONHECIMENTO SITUADO E OBJETIVIDADE FORTE EM SANDRA HARDING.....	26
<i>Ana Maria Siqueira Silva</i>	
SILENCIAMENTO ACADÊMICO E SOCIAL: Impactos do apagamento de epistemologias marginalizadas.....	27
<i>Aparecida Cristina da Silva</i>	
EM SI, EM OUTRO, COM OUTRO: Um estudo sobre a mereologia e a ontoética espinosana.....	28
<i>Artur Alves</i>	
O AUTÔMATO INTENCIONAL: Sobre sistemas enativos de cognição artificial	29
<i>Arthur Augusto Alves de Oliveira</i>	
O ELEMENTO EXTRA-REPRESENTACIONAL EM <i>SOBRE VERDADE E MENTIRA NO SENTIDO EXTRAMORAL</i>	30
<i>Arthur Brito Neves</i>	
HÁ UM ESPECTRO A SER EXORCIZADO NA DEDUÇÃO TRANSCENDENTAL DE KANT?	31
<i>Bergkamp Pereira Magalhães</i>	
O TERROR, O ESTRANHO E O DIONISÍACO: Aproximações estéticas entre Hoffmann, Freud e Nietzsche.....	32
<i>Bruno Werneck</i>	
IMAGENS E DISCURSOS VARIEGADOS NO <i>FEDRO</i> DE PLATÃO	33
<i>Bruna Moraes</i>	
VIDA EM CANGUILHEM, FOUCAULT E DELEUZE	34
<i>Davi Maranhão De Conti</i>	
PERCEPÇÃO EM NIETZSCHE: Retoque e arredondamento	35
<i>Douglas Miranda de Oliveira</i>	
O CONVENCIONALISMO LINGÜÍSTICO NO <i>CRÁTILO</i> DE PLATÃO	36
<i>Eduardo Freitas Nascimento</i>	
CATÁSTROFE E COMPREENSÃO: Narrar o indizível e relembrar o trauma.....	37
<i>Emmanuel de P. F. Rocha</i>	
OS REGIMES ESCÓPICOS DA MODERNIDADE SEGUNDO MARTIN JAY	38
<i>Gabriel Nunes de Souza Jinkings</i>	
A DEFINIÇÃO DE JUSTIÇA NA <i>REPÚBLICA</i> A PARTIR DA ANALOGIA ALMA-CIDADE.....	39
<i>Gabriela Carvalho Carneiro</i>	

RELIGIÃO, NATUREZA E INSATISFAÇÃO: Jean-Jacques Rousseau foi um insurgente? 40

Guilherme Henrique Martins Camargo

PARA UMA APROXIMAÇÃO DA NOÇÃO DE ESTILO NO NIETZSCHE DISCENTE E UM DISTANCIAMENTO DE PFORTA E LEIPZIG (1858-68) E OS CONTORNOS E PRESSUPOSTOS DO ESTILO TAL QUAL SE PRODUZ EM *HUMANO, DEMASIADO HUMANO* (1876-80/1886) 41

Hercules Garcia da Silva Neto

PENSAR A PRÁXIS NO ENSINO DE FILOSOFIA EM COMPANHIA DE SUELI CARNEIRO 42

Iamar Curcino de Macedo

A CAPTURA DO DESEJO PELO CONHECIMENTO: Foucault entre Aristóteles e Nietzsche 43

Igor Freitas Martins

ENTRE A DIALÉTICA HEGELIANA E A MARGINALIZAÇÃO: Reconhecimento e identidade racial na contemporaneidade 44

Ingrid Talissa Barbosa De Brito

PRÁXIS E VICTA ACTIVA: O problema do trabalho em Karl Marx e Hannah Arendt..... 45

Joaquim Onofre Silva Neto

A VOLTA DO CORPO NA FILOSOFIA 46

João Guilherme de Souza Silva

A ESTRUTURA LÓGICA E SUBJACENTE DA TEORIA DO CONTÍNUO E TEORIA DA VERDADE: A leitura do Intuicionismo e Construtivismo 47

João Pedro da Silva Reis

O CONCEITO DE OBJETO EM FICHTE 48

Jonathan Postau Marques

TOMÁS DE AQUINO E A INTELECÇÃO DA ESSÊNCIA..... 49

Josué Vinícius Castilho

DA SERVIDÃO VOLUNTÁRIA À INSUBMISSÃO ASCÉTICA: O diálogo entre Etienne de La Boétie e Frédéric Gros 50

Kaïque Agostineti

MULHERES NA FILOSOFIA: MATERNAIS, SIM, PESQUISADORAS NÃO? O que o ensino de filosofia tem a ver com a discriminação de gênero?..... 51

Larissa Lacerda Caetano

OS LIMITES DO CONHECIMENTO NA OBRA *DOUTA IGNORÂNCIA* DE NICOLAU DE CUSA..... 52

Letícia Barbosa Pereira

Silvio Carlos Marinho Ribeiro

O ESTATUTO DO SIGNO NA FILOSOFIA CARTESIANA	53
<i>Lucca Gadelha Greco</i>	
A RELAÇÃO ENTRE DIONÍSIO E LOUCURA NA FILOSOFIA DE NIETZSCHE	54
<i>Lucas Romanowski Barbosa</i>	
VARIAÇÕES DO ÜBERMENSCH NA OBRA NIETZSCHIANA	55
<i>Luciene Marques de Lima</i>	
RELAÇÃO MENTE-CORPO E SUAS NUANCES NA DOCTRINA DAS PERCEPÇÕES EM ESPINOSA	56
<i>Marco Antonio Gomes de Freitas</i>	
DO ASSOMBRO AO CONCEITO: A pedagogia do monstro em Canguilhem.....	57
<i>Marcos Bruno Silva</i>	
QUANDO EDUCAR É UM ESCÂNDALO: Fragmentos para pensar a resistência ao neoliberalismo no ensino de filosofia.....	58
<i>Matheus Bezerra Parente</i>	
CONTRA O PARALELISMO PARA HABILITAR O PARALELISMO: Afecção e contínuo em Espinosa	59
<i>Maykel M. de Paiva</i>	
FLORESTANIA: O que as florestas podem nos ensinar sobre política?	60
<i>Maxury Milena Morene</i>	
A DESCONSTRUÇÃO DOS ÍDOLOS JURÍDICOS: Contribuições de Friedrich Nietzsche para a Filosofia do Direito	61
<i>Paulo Afonso Tavares</i>	
HANNAH ARENDT E O CONFLITO INTRAMUROS DA VIDA DO ESPÍRITO	62
<i>Paulo Ricardo Gontijo Loyola</i>	
ENTRE A LEI E A NORMA: Inflexões butlerianas a partir de Espinosa.....	63
<i>Rafael Arcanjo Teixeira</i>	
O TÉDIO SOB A LENTE DE BYUNG-CHUL HAN	64
<i>Rai Caixeta Pinheiro</i>	
QUADROS FRATERNOS, OU QUANTOS TIPOS DE AMIZADES REALMENTE EXISTEM?	65
<i>Reginaldo dos Santos Gomes</i>	
REALISMO POLÍTICO E UTOPIA COMO ABORDAGENS FILOSÓFICAS: Os casos de Maquiavel e More	66
<i>Renato Moscatelli</i>	

O PROJETO DE CRESCIMENTO DOS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO A PARTIR DE 1938 SEGUNDO HANNAH ARENDT 67

Samarone de Oliveira Lopes

CÉREBRO E PENSAMENTO: Filosofia e neurociências na obra de Henri Bergson 68

Samira Cristine dos Santos

A SÍNTESE EM KANT E A SUA RELAÇÃO COM A FILOSOFIA DE HUME 69

Samuel Vasco Cordeiro Campos

DIÁLOGOS ENTRE FOUCAULT E SUELI CARNEIRO: Sobre as relações de poder no ensino de filosofia brasileiro 70

Suyane Quirino de Melo

REALISMO E DEMOCRACIA: Contribuições espinosanas para pensar a política brasileira 71

Victor Fiori Augusto

MAS LIVRAI-NOS DO MAL. E SE O MAL FOR EU?: Vontade de poder e os movimentos totalitários do séc. XX 72

Vinicius Araujo da Silva Nascimento

NIETZSCHE, DOSTOIÉVSKI E DÜHRING: Nuances acerca do ressentimento 73

Vinicius Ferreira Borges

ABAIXANDO PARA PEGAR O PODER: Um diálogo entre Hannah Arendt e os Yippies no palco combativo dos anos 1960 74

Wander Arantes de Paiva Segundo

UMA ANÁLISE DO M-CV DE LACEY E MARICONDA À LUZ DE SUA APLICAÇÃO 75

Wanderson Castilho Ramos

DIDÁTICA *BILDUNG* EM HEGEL, ENQUANTO CONFIGURAÇÃO DO ENSINO DA FILOSOFIA PARA A CULTURA ESCOLAR 76

Wanderson José de Sousa

Júlia Ramalho Sebba Moraes

PROMESSAS CULTURAIS DO ESTÉTICO E MESSIANISMO FILOSÓFICO: História, teologia e estética crítica em Walter Benjamin 77

Ysnay Barbosa Santos

RODA DE CONVERSA

EXPERIÊNCIAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA NO “CHÃO DA ESCOLA”: Com a palavra as/os bolsistas do PIBID de Filosofia da UFG 79

Claudinei Gonçalves da Silva

Diane Rocha Miranda

Apresentação

Carmelita Brito de Freitas Felício

Há mais de três décadas, a Semana de Filosofia da UFG vem se consolidando como um espaço privilegiado de encontro, diálogo e partilha dos saberes. Desde sua primeira edição, em 1993, o evento vem reunindo gerações de estudantes, professoras(es) e pesquisadoras(es), em um movimento que fortalece tanto a reflexão filosófica quanto a formação acadêmico-profissional. Em 1998, somou-se a esse percurso a Semana de Integração da Graduação e Pós-Graduação, ampliando ainda mais os horizontes de troca entre a FaFiL e o PPGFil, ao estreitar o laço entre ensino, pesquisa e formação. É uma alegria saber que nosso evento já faz parte da memória viva da UFG e da comunidade filosófica brasileira e que estamos recebendo convidadas/os de sete renomadas universidades brasileiras - UFRJ, UFBA, UFJF, UNESP, UnB, UFSM e PUC-Rio - para conferências e minicursos que prometem ampliar os debates, provocar novas reflexões, pensamentos e, não menos importante, potencializar o agir. Teremos, ao longo da *Semana*, a apresentação de um número expressivo de comunicações de discentes (da graduação e da pós-graduação) e de docentes (mestras(es) e doutoras(es)), cobrindo as mais diversas áreas da Filosofia. A *Semana* ganha ainda mais sentido por coincidir com o *Dia do Professor*. Em um tempo em que a Filosofia e seu ensino têm sido desafiados por políticas de desvalorização da docência, abrir espaço para discutir a situação e o futuro do ensino filosófico é uma forma de resistência e de reafirmação da importância do nosso trabalho enquanto professoras(es) de Filosofia.

Os objetivos desta edição são claros: fortalecer o ensino e a pesquisa em Filosofia no Centro-Oeste brasileiro, em especial em Goiás; dar visibilidade às pesquisas que vêm sendo produzidas por nós; e promover a troca de experiências entre diferentes gerações de pesquisadoras(es). Mas, para além disso, a *Semana* reafirma um compromisso maior: manter viva a Filosofia como atividade de pensamento, crítica e criação, essencial para a vida democrática e cultural do país. Não podemos esquecer que, desde 2016, as humanidades - especialmente a nossa área - sofreram ataques que provocaram uma queda na procura pelos nossos cursos (Bacharelado e Licenciatura) e retração nas oportunidades de exercício profissional. Ainda assim, resistimos. Nosso PPGFil, avaliado com nota 5, completou 30 anos em 2023. Nossos cursos de

Graduação receberam nota máxima do MEC em 2024. Neste ano, marcos históricos importantes são dignos de nota: o aniversário de 45 anos do curso de Filosofia da UFG e a publicação de uma edição comemorativa do 30º volume da *Philosophos* - Revista de Filosofia da UFG¹. Comemoramos a longevidade desse trabalho editorial, ao lado de saudar as(os) fundadoras(es) da *Philosophos* e as(os) professoras(es) que muito fizeram para que a revista ultrapassasse as fronteiras da UFG, pela abrangência dos temas, problemas, autoras(es) e obras postos em debate nas páginas de suas edições.

Celebramos também, orgulhosamente, os 15 anos da Revista de Estudantes de Graduação e Pós-Graduação em Filosofia da UFG. A *Inquietude*.² Um projeto editorial que nasceu sob influência de dois signos particularmente auspiciosos: novo e inquietude. Jovens inquietas(os), estudantes da graduação e da pós, como Andressa Souto e Wigvan Pereira deram início ao projeto; Júlia Sebba Ramalho, Marcela Castanheira, Murilo Cavalcante, Pedro Henrique Labaig e Renato Mendes Rocha acolheram com entusiasmo a ideia. Juntas(os), seguimos e fundamos uma revista das(os) estudantes. É bom lembrar que a primeira edição foi lançada na XVII Semana de Filosofia da UFG integrada à XII Semana de Integração Graduação e Pós-Graduação, no ano de 2010. É com esse olhar retrospectivo que saudamos as(es) fundadoras(es) da *Inquietude* e, por extensão, as equipes editoriais que deram continuidade ao projeto da revista. Esperamos que a participação das(os) comunicadoras(es) dos trabalhos apresentados nesta *Semana* seja potencializada com a publicação na Revista *Inquietude*.

Pelo espírito de colaboração que reinou entre nós, membras(os) da Comissão Organizadora da *Semana*, agradecemos aos estimados colegas Christian Klotz, Elliot Scaramal, Thiago Santoro e às queridas Iasy de Castro e Paola Bauce, estudantes da graduação e da pós. Agradecemos à equipe de servidoras(es) das secretarias da faculdade e da pós e o apoio irrestrito ao trabalho da comissão, vindo da direção da Faculdade de Filosofia e da coordenação da Pós-Graduação. Agradecemos também à FUNAPE pelos recursos concedidos ao evento. Saudamos e agradecemos, por fim, as(aos) autoras(es) dos textos que compõem este Caderno pelo prazer que tivemos de lê-los e, agora, por compartilhá-los com leitoras(es) e, especialmente, com as(os) comunicadoras(es) dos trabalhos aqui apresentados.

Goiânia, outubro de 2025

1 <https://revistas.ufg.br/philosophos>

2 <https://revistainquietude.com.br/index.php/inquietude>



CONFERÊNCIAS

UMA LEIBNIZIANA NA FRANÇA: as instituições de física de Madame du Châtelet

Abel Lassalle Casanave

Doutor em Filosofia - Unicamp
Professor de Filosofia - UFBA/CNPq
abel.lassalle@ufba.br

O objetivo fundamental das Instituições físicas de Madame du Châtelet é tornar a física (newtoniana) acessível com apenas o recurso à geometria elemental. Ora, de acordo com a autora, as verdades físicas, geométricas e metafísicas estão evidentemente ligadas entre si. A metafísica que assume na obra é a de Leibniz, mas de acordo com, como ela foi compreendida na Ontologia de Chr. Wolff. Nesta conferência apresentarei esquematicamente a versão de Madame du Châtelet da metafísica leibnizo-wolffiana, assim como a mencionada ligação com a física e a geometria.

O PROTAGONISMO EPISTÊMICO DO SUJEITO DA INJUSTIÇA

Bethania de Albuquerque Assy

Doutora em Filosofia - New School for Social Research, NY-EUA

Professora do Departamento de Direito - PUC-Rio

bethania.assy@gmail.com

Proponho abordar a necessidade de repensar a justiça a partir das experiências concretas dos sujeitos da injustiça social, que sofrem marginalização estrutural por raça, gênero, classe ou violência estatal. Em contraposição ao universalismo abstrato corrente nas teorias de justiça, proponho uma perspectiva que parte do protagonismo epistêmico, ético e político desses sujeitos, capazes de transformar sofrimento em resistência e produção de conhecimento. A análise destaca a urgência temporal e a espacialidade concreta da injustiça e exemplifica, sobretudo, a partir dos Movimentos de Mães de vítimas da violência policial no Rio de Janeiro, cujo lema “do luto à luta” simboliza a passagem do luto privado à ação coletiva. Essas práticas revelam como sujeitos historicamente invisibilizados se constituem como agentes de transformação, desestabilizando a gramática tradicional da filosofia política e ampliando o horizonte da justiça.

O PORVIR DO (NÃO) HUMANO: desconstruções, disseminações

Evando Nascimento

Professor aposentado da UFJF
Ensaísta, escritor e artista visual
evandonascimento2014@gmail.com

A conferência visa a dar continuidade às reflexões desenvolvidas em meu livro *O pensamento vegetal: a literatura e as plantas* (ed. Civilização Brasileira, 2021). Nele, coloquei em questão a *tradição humanista*, que sempre privilegiou o humano em detrimento de outras formas de vida, especialmente os vivos animais e vegetais. O estudo dialogava com textos de Aristóteles, Hegel, Martin Heidegger, Friedrich Nietzsche e Jacques Derrida, entre outros, bem como com botânicos (Stefano Mancuso, Francis Hallé e Anthony Trewavas, por exemplo). A literatura e as artes forneciam também argumentos para desconstruir alguns dos dogmas antropocêntricos da tradição metafísica. Nessa nova intervenção em colóquio, atualizarei algumas dessas discussões, refletindo sobre as relações entre vivos humanos e não humanos, bem como com *não vivos*: coisas, objetos, minerais, “meio ambiente” etc. Os pensamentos de Nietzsche e Derrida continuam a fornecer elementos reflexivos, aliados a pensadores não ocidentais, como os indígenas Davi Kopenawa e Ailton Krenak, e o quilombola Antônio Bispo dos Santos. Igualmente, a *literatura pensante* de Clarice Lispector abre uma perspectiva transdisciplinar para refletir sobre as fronteiras entre o humano e seus outros. Em que as *desconstruções* ou (como prefiro) as *disseminações* propostas por Derrida e outros pensadores podem nos ajudar a respeito dos impasses e aporias do mundo contemporâneo? Uma *reflexão extemporânea* sobre “o fim da História”, anunciado por Francis Fukuyama há três décadas, se faz também necessária.

ONTOLOGIA, CONCEITOS SISTEMATIZADORES, EPISTEMOLOGIA GENÉTICA E IDEALISMO HEGELIANO: filosofia como sistema e diversidade e a constituição filosófico-científica das realidades

Ricardo Pereira Tassinari

Doutor em Filosofia - Unicamp

Professor de Filosofia - UNESP

ricardo.tassinari@unesp.br

Por sua etimologia, “ontologia” significa o estudo do ser, o estudo daquilo que é. Dizer sobre “ontologias”, no plural, remete a diversas visões filosóficas sobre o ser, diversas possibilidades de se compreender e assumir o que é. No limite, remete a diversas possibilidades de ser, diversas realidades. Nesse contexto, uma visão da filosofia como sistema seria particularmente importante, pois significaria não ter múltiplas realidades, de acordo com diversas visões. Ao contrário, ter-se-ia uma compreensão universal da realidade, mesmo com a diversidade de visões possíveis. Pode-se, pois, perguntar: Seria possível hoje a visão da Filosofia como Sistema, ou estaríamos condenados a uma pluralidade de visões da realidade, inclusive contrárias entre si, ou mesmo a um ceticismo frente ao conhecimento? Por que teorias filosóficas parecem ser tão reais aos filósofos que as propõem? Por que, mesmo se apresentando como reais aos seus autores, existe uma grande diversidade de teorias filosóficas? Quais seriam, pelo menos em linhas gerais, as estruturas necessárias ao conhecimento filosófico? Na exposição, apresentar-se-á respostas a essas questões a partir de estudos e pesquisas recentes em Epistemologia Genética e de uma interpretação dela e da Filosofia Hegeliana, a partir de um conjunto de conceitos denominados Conceitos Sistematizadores. Eles buscam estabelecer uma compreensão geral que possibilita lidar sistematicamente com diversas opiniões, visões de mundo, tipos de conhecimentos e filosofias. Com isso, eles possibilitariam a visão e a constituição da filosofia, inclusive hoje, como um sistema único, e possibilitariam uma ontologia em que são possíveis diversas ontologias.

AS ONTOLOGIAS PROCESSUAIS EM UM CONTEXTO AFRICANO: Tshiamalenga-Ntumba

Wanderson Flor do Nascimento

Doutor em Bioética - UnB
Professor de Filosofia - UnB
wandersonflor@unb.br

Propomos uma releitura das ontologias africanas contemporâneas a partir da obra de Ignace-Marcel Tshiamalenga Ntumba, *Le réel comme procès multiforme: Pour une philosophie du Nous processuel, englobant et plural*, compreendida aqui como um dos esforços mais consistentes de formulação de uma filosofia africana do devir, em seus aspectos ontológicos. Em contraste com uma das tradições da metafísica ocidental, fundada no “ser” como substância e permanência, Tshiamalenga-Ntumba propõe uma virada ontológica radical: o real não é algo que “é”, mas algo que acontece, que se faz no interior de uma totalidade dinâmica e interdependente. Sua noção de “nós englobante, processual e plural” expressa essa compreensão do real como campo de co-participação entre humano, natureza e ancestralidade. O “nós” não designa uma coletividade empírica, mas o princípio ontológico da inter-relação de tudo o que existe. A processualidade do real, para Tshiamalenga-Ntumba, dissolve a oposição clássica entre ser e devir: tudo o que existe é força em transformação. Essa concepção encontra paralelo nas cosmologias africanas como a de ubuntu, onde a realidade é concebida como energia vital e relacional. Em chave descolonial, as reflexões de autoras como Oyèrónkẹ Oyěwùmí e Azille Coetzee estendem essa ontologia processual ao campo social: ao denunciar a “colonização do ser” pelo pensamento moderno, ambas resgatam a ontologia relacional africana em que a pessoa não é substância, mas posição em rede. Defenderemos, assim, que Tshiamalenga-Ntumba ocupa um lugar relevante no debate sobre as novas ontologias, oferecendo, desde a África, uma alternativa ao modelo substancialista ocidental. Sua filosofia do real como processo, relação e comunhão propõe não apenas uma renovação conceitual, mas uma descolonização do ser na ontologia - um pensar que reconcilia metafísica, ética e cosmologia na experiência viva do devir, sem se abster com um debate com outras cosmologias, como as ocidentais que também se separam das ontologias substancialistas estáticas.



MINICURSOS

ENSINO DE FILOSOFIA EM PERSPECTIVA: diálogos entre pesquisa, formação e prática docente

Elisete M. Tomazetti

Departamento de Metodologia do Ensino - Centro de Educação

Programa de Pós-Graduação em Educação - UFSM

elisete.tomazetti@ufsm.br

O minicurso, Ensino de Filosofia em perspectiva: diálogos entre pesquisa, formação e prática docente, integrado à Semana de Filosofia da Universidade Federal de Goiás, será realizado em dois dias, com duração de duas horas diárias. O objetivo é apresentar e discutir temas que se inserem no campo do ensino de Filosofia no Brasil. Três eixos fundamentais orientarão as reflexões: pesquisa em ensino de Filosofia, formação em Filosofia e prática docente em Filosofia, dos quais derivarão temas transversais. No eixo Pesquisa serão abordadas discussões e produções bibliográficas vinculadas ao GT *Filosofar e Ensinar a Filosofar*, da ANPOF. Entre as questões norteadoras, destacam-se: existe um campo de conhecimento denominado Ensino de Filosofia? Quais lutas e embates marcam sua constituição? Quais são seus objetos de investigação? O eixo Formação problematizará os sentidos da formação inicial de professores e professoras de Filosofia para o ensino médio brasileiro, numa perspectiva histórica. Perguntas orientadoras: que saberes e práticas são necessários para a formação docente em Filosofia na atualidade? Quais desafios e embates se colocam hoje? O que apontam as atuais Diretrizes de Formação Inicial de Professores? Já o eixo Prática Docente focalizará temas como estágio supervisionado, relação entre escola e universidade e didática da Filosofia. Algumas questões guiarão a discussão: que escola temos hoje? Quem são os(as) estudantes do ensino médio? Como ensinar e aprender Filosofia? Que materiais didáticos estão sendo produzidos? E quanto aos livros didáticos de Filosofia, quais reflexões podemos fazer? O minicurso será conduzido de modo problematizador, privilegiando a interação e o diálogo com os(as) participantes. Serão indicadas referências bibliográficas, bem como textos complementares, disponibilizados em formato digital e impresso.

Palavras-chave: ensino de filosofia; formação docente; prática docente; pesquisa.

DA ONTOLOGIA À MORFOLOGIA DA OBRA MUSICAL; DA MORFOLOGIA À SÍNTESE SOCIAL

Curso de filosofia da música

Jean-Pierre Cardoso Caron

Doutor em Filosofia pela USP;
Professor de Filosofia - UFRJ
jpcaron@ifcs.ufrj.br

Uma das questões mais difíceis enfrentadas por todos aqueles que se propõem a pensar filosoficamente a música é a questão do estatuto ontológico da obra musical. Algumas dificuldades enfrentadas pelo ponto de vista ontológico são: a temporalidade da obra musical, o caráter efêmero da performance, a dependência entre partitura e realização, a multiplicação de instâncias que poderiam chamar-se “a obra”, e, não menos importante, a própria prática musical como proponente constante de novas situações entre documento e evento, artista e público, compositor e intérprete. Este último ponto é tão importante que não permitiria separar o ponto de vista ontológico de um certo compromisso com um ponto de vista estético. Este curso resulta do desdobramento de uma tensão entre dois braços da nossa pesquisa: o braço filosófico em contato com os problemas da ontologia da obra de arte; e o braço estético, relacionado ao exercício da composição musical *indeterminada* nos moldes do que foi proposto por John Cage, e aqui, reelaborado como uma *morfologia* (não uma ontologia a princípio) da obra musical por Valério Fiel da Costa. Neste contexto, há uma dupla vivência aqui presente, como praticante de música radical e como pesquisador em filosofia, e esta vivência dá origem ao desdobramento do curso: a tensão entre a teoria, expressa pelas exigências das caracterizações ontológicas da obra musical, e a prática, mais pautada pela tentativa de obter um determinado resultado morfológico. Gostaríamos aqui de propor uma distinção entre ontologia e morfologia da obra musical. A atitude ontológica versaria sobre as condições que devem ser satisfeitas para que haja obra. Ela adquire a forma mais básica: o que é uma obra musical? Ou, levando em consideração a cadeia de dificuldades mencionadas acima: onde está a obra musical? A pergunta da morfologia é um pouco diferente. Ela versa sobre o aspecto perceptual da música e as transformações sofridas de performance a performance e a maneira como essas transformações ocorreram. Trata-se de uma questão de captar semelhanças e diferenças e sua relação com os contextos nos quais tais semelhanças e diferenças são produzidas. A

princípio poderíamos verificar uma circularidade entre as duas noções: a pergunta morfológica como um possível preâmbulo para a pergunta ontológica, e esta como contendo em certa medida a pergunta morfológica. Assumimos esta circularidade. A pergunta ontológica poderia de fato ser respondida se encontrássemos nessa cadeia de performances os elementos constitutivos da obra, separando-os dos contingentes. Este será o encaminhamento proposto no primeiro dia de curso “da ontologia à morfologia”, deixando em aberto a possibilidade de a própria morfologia constituir-se em nova proposta ontológica da obra musical. No segundo dia, ao invés de esta interrogação nos levar a uma nova metafísica da música, ela nos levará a interrogar, a partir de exemplos da obra de John Cage e Cornelius Cardew, sobre a *síntese social* operada pelas propostas estéticas. Síntese social é um conceito cunhado pelo filósofo marxista Alfred Sohn-Rethel como forma de compreender como uma sociedade mantém-se em sua reprodução ao localizar os elos que mantém suas partes funcionando em conjunto. Este conceito pode ser usado para localizar elos não entre os elementos de uma sociedade como um todo mas como totalidades locais - como um modelo reduzido de sociedade que pode ser a obra musical - se mantém em sua reprodução, ou seja, mantém a sua *morfologia*. Assim, no segundo dia somos levados das considerações morfológicas para as considerações sintético-sociais das obras, e com estas, a relação entre obra, intérpretes e público.



COMUNICAÇÕES

O GÊNERO COMO RECURSO POLÍTICO E MORAL PARA A RESTRIÇÃO ONTOLÓGICA

Adriana Delbó

Doutora em Filosofia- Unicamp

Professora de Filosofia - UFG

delbo@ufg.br

As definições provenientes das ciências biológicas ainda surtem efeito no que é cobrado para quem é compreendida como mulher. As leituras dos corpos ditam como eles devem viver. Trata-se de um poder da biologia atuando num amplo terreno da moralidade para o gênero. Beleza, gravidez, maternidade, amamentação, benevolência, zelo de tudo e de todos - a despeito do cuidado de si mesma - são algumas das expectativas que não deixam de ter efeito na vida de quem é lida ou se lê como mulher. O atendimento das cobranças, das mais diretas às mais sutis, proporcionam elogios e aceitação, satisfazendo assim a necessidade de pertencimento e de validação. Caso contrário, as mais variadas esferas da vida social atuam como fonte de reprovação e de cobranças. Mas ao que são reduzidas as pessoas adaptadas às normas que fazem com que as mulheres sejam bem avaliadas e aprovadas? Restam chances para a singularidade e para a pluralidade diante da demanda de atendimento às cobranças específicas para as mulheres? O gênero, como recurso moral, se alastra sobre a esfera ontológica e a limita. Neste trabalho analisarei o poder da intersecção entre gênero, cultura e poder da moralidade em corpos que receberam o destino de ser mulheres. Para tanto, farei uso da análise da invenção da mulher e do feminino a partir de Nietzsche, Butler e Oyěwùmí.

Palavras-chave: moralidade; ontologia; mulher.

HERÁCLITO E NIETZSCHE: A ideia de eterno retorno

Alice Tito Fonseca

Aluna do Ensino Médio: Curso Técnico em Alimentos – IFG (Campus Aparecida de Goiânia)
Bolsista PIBIC sob a orientação da Profa. Dra. Marisa Alves Vento
alicetitifonseca@gmail.com

A ideia desenvolvida neste Projeto de Iniciação Científica do IFG é fruto dos estudos sobre o pensamento do filósofo pré-socrático Heráclito de Éfeso, nas aulas de filosofia. Estudos que me levaram a questionar se haveria uma proximidade com o pensamento do filósofo alemão Friedrich Nietzsche. O objetivo da pesquisa é investigar se há elementos do pensamento heraclitiano que ecoam na filosofia de Nietzsche. Heráclito propõe como princípio cosmológico o elemento fogo, grande força geradora, uma chama eterna que em movimento acende-se e apaga-se incessantemente. Daí sua afirmação do mobilismo universal, ou seja, a ideia de que tudo flui e nada permanece, estando tudo o que existe num eterno devir. Segundo o filósofo, existe uma luta ou combate constante entre os contrários cuja convergência possibilita o próprio devir. O filósofo Nietzsche foi um estudioso dos gregos antigos e em uma passagem do seu texto, elege Heráclito como aquele que “iluminou” o problema do devir. Pretende-se, a partir da leitura dos textos de Nietzsche, com o apoio de seus comentadores e comentadoras, como Scarlet Marton, investigar e compreender quais foram as ideias heraclitianas que o impactaram, buscando a possibilidade de aproximação entre a ideia heraclitiana de devir e a ideia de eterno retorno em Nietzsche.

Palavras-chave: eterno retorno; Heráclito; Nietzsche.

O ENSINO DE FILOSOFIA E O CORPO DOCENTE

Ana Carolina Gomes Araújo

Doutora em Filosofia (UFPR)
Docente de Filosofia (IFG Câmpus Cidade de Goiás)
gomes.carolina@ifg.edu.br

David Lucas Barbosa Silva

Graduando em Filosofia (UFU)
Bolsista-PIBID (UFU)
david.barbosa@ufu.br

Propomos uma comunicação que parte do questionamento pelo percurso do ensino da filosofia como um campo problemático constituído de pelo menos quatro variantes: a pessoa docente, a pessoa discente, o conteúdo, e, a instituição de ensino. Nesse sentido, o objetivo é evidenciar uma relação entre atualidade e virtualidade no diálogo de dois docentes de filosofia: uma docente com atuação no Ensino Médio desde 2012, e o outro docente recém ingressado na Licenciatura e no Programa Nacional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), para um diagnóstico de forças que atuam como elementos de composição da docência ao tratar do ensino de filosofia. Deleuze diz que não sabemos com quais signos um estudante entra na sala de aula e se arranja com a própria aula. Ora, cabe perguntar também pela dimensão docente como corpo atravessado por signos institucionais, políticos e sociais que impulsionam o ensino de filosofia como ato filosófico à criação conceitual. Esse diálogo trata de uma estratégia de reflexão que se faz simultaneamente dupla, pois trata do ensino de filosofia como instrumento curricular na educação básica rodeado por tensões da educação na sua dimensão escolar, e, trata do ensino de filosofia como matéria própria da filosofia cercada por tabus e latências raramente ou quase nunca compreendidas como categorias de análise, por exemplo, a pessoa docente como um corpo.

Palavras-chave: ensino de Filosofia; PIBID; Deleuze.

CONHECIMENTO SITUADO E OBJETIVIDADE FORTE EM SANDRA HARDING

Ana Maria Siqueira Silva

Graduanda em Filosofia - UFG
anasiqueira@discente.ufg.br

Segundo epistemologias do ponto de vista, concepções tradicionais no Ocidente de ciência, ao apresentarem imagens de ciência como sendo neutra (em relação a valores sociais) e universal, resultam em visões de mundo parciais e excludentes. Sandra Harding apresenta a teoria do ponto de vista (*standpoint theory*) postulando que grupos marginalizados (por exemplo, povos indígenas) possuem vantagem epistêmica em certos domínios. As epistemologias tradicionais, nesse sentido, ao não contemplarem essas outras perspectivas, seriam capazes de produzir uma objetividade apenas “fraca”. Harding ilustra isso com os navegadores da Micronésia que, sob o olhar ocidental, seriam apenas “alfabetizados oralmente”, quando na verdade seu sistema de conhecimento demonstra grande sofisticação, uma vez que permite navegar grandes distâncias e voltar para casa com perícia, por meio de habilidades que chamaríamos de astronomia, climatologia, oceanografia, cartografia; além de envolver grandes capacidades sociais necessárias em navegações bem sucedidas. A desconsideração do ponto de vista desses navegadores sobre sua realidade acaba propagando uma imagem de ciência que privilegia uma forma eurocentrada de produzir conhecimentos, carregando consigo um viés colonial sobre os povos que não se encaixam nessa forma. Em contrapartida, incluir múltiplos pontos de vista abre caminho para uma “objetividade mais forte”, menos parcial e mais crítica em relação aos vieses perpetrados por imagens de ciência tradicionais no Ocidente. Neste trabalho, procuramos apresentar elementos da epistemologia do ponto de vista desenvolvida por Harding, destacando sua caracterização do conhecimento como sendo situado e sua proposta de uma objetividade mais forte a partir da consideração de saberes invisibilizados.

Palavras-Chave: conhecimento situado; objetividade forte; ponto de vista.

SILENCIAMENTO ACADÊMICO E SOCIAL: Impactos do apagamento de epistemologias marginalizadas

Aparecida Cristina da Silva

Licencianda em Filosofia - UFG
aparecicristina@discente.ufg.br

Este trabalho é fruto da minha pesquisa de conclusão de curso onde analiso as questões que permeiam o apagamento dos saberes de povos que foram colonizados, a partir especialmente de contribuições de Dussel (1993), Collins (2019; 2022), Kilomba (2019), Gonzalez (2020) buscando questionar a legitimidade epistemológica do apagamento promovido historicamente pelas matrizes epistemológicas hegemônicas. Na epistemologia os conhecimentos dos povos colonizados (negros e indígenas) produzidos fora da perspectiva canônica ocidental (povos colonizadores, europeus, notadamente), ainda são vistos como não científicos, ou mesmo como não sendo produtores de conhecimentos. Desde a chegada dos navegantes europeus à América, a visão do homem branco prevaleceu como um olhar que encobriu o outro, lhes negando o direito de contarem sua própria história, suas crenças e sua identidade. As heranças desse pensamento colonizador se enraizaram na modernidade e se colocam presentes até os dias atuais, fato que A. Quijano chamou de colonialidade do saber. Ainda que os métodos de justificação ou validação das epistemologias hegemônicas prezem por uma suposta neutralidade axiológica nas ciências (dando um destaque maior à área das humanas, neste trabalho), é preciso ressaltar que o contexto social, o corpo e a história das/os agentes produtoras/es de ciência são aspectos que se fazem presentes de forma importante. Pesquisas que desvalorizem ou procurem se abstrair do cenário social, de gênero e raça, muitas vezes estereotipam grupos subalternizados, levando ao descrédito suas reivindicações, pautadas por matrizes epistemológicas contra-hegemônicas. Neste trabalho, pretendo focar nos aspectos principais da minha pesquisa onde traço uma análise teórica e crítica buscando compreender os fatores interseccionais que explicam as dinâmicas de opressão de povos que foram colonizados, destacando possibilidades de enxergar epistemologias de uma maneira pluralizada, prezando por um diálogo de saberes, no lugar da colonialidade do saber.

Palavras chave: epistemologia; contracolonial; interseccional.

EM SI, EM OUTRO, COM OUTRO: Um estudo sobre a mereologia e a ontoética espinosana

Artur Alves

Bacharelado em Filosofia - UFG
arturalvesdefreitas@gmail.com

A presente investigação busca evidenciar alguns aspectos da Ontologia e da Mereologia espinosana, em especial no que concerne às noções de “em si” e “em outro”. Procura-se demonstrar de que modo tais noções foram previamente desenvolvidas pela tradição filosófica, antes de serem reelaboradas por Espinosa, que as subverte na construção de sua tese da unidade substancial. Essa tese abriga a distinção ontológica entre o que o filósofo denomina “Natureza Naturante” - a totalidade da atividade infinita de produção da realidade - e “Natureza Naturada” - a totalidade dos modos que compõem essa mesma realidade. Espinosa recorre às expressões “em si” e “em outro” para caracterizar modos de existência, conforme exposto no Axioma 1 da Parte I da Ética: “tudo o que é, ou é em si, ou é em outro”. A partir das definições anteriores, apenas a substância pode ser concebida como sendo em si (E I, Def. 3); tudo o que não for substância será necessariamente em outro, o que corresponde à noção de “modo” (E I, Def. 5). Importa observar, contudo, que esses termos possuem um enraizamento histórico, tendo sido empregados em diferentes contextos filosóficos. A reconstrução de tais conceitos (em si, em outro, substância, entre outros) constitui, assim, o núcleo de intensas controvérsias e debates.

Palavras-chave: mereologia; ontoética; Espinosa.

O AUTÔMATO INTENCIONAL: Sobre sistemas enativos de cognição artificial

Arthur Augusto Alves de Oliveira

Mestrando em Filosofia na uFG
arthuraugusto@discente.ufg.br

Não conhecemos ainda nenhuma instância de autômato intencional, mesmo com o advento das inteligências artificiais, capazes de interagir inteligentemente com a dimensão sintática da linguagem conceitual humana. Tal autômato trata do constructo robótico não só capaz de produzir continuamente uma atividade robusta e flexível no mundo natural, mas de o fazê-lo por vias intencionais, isto é, a partir de uma significância do mundo autogerada. O cognitivismo computacionalista mostrou-se incapaz de superar com seus modelos as barreiras tanto da agência fluida em ambientes reais, quanto da manipulação de sentido intencional. Já a filosofia da mente enativista, discutida por pensadores como Varela, Thompson e Di Paolo, e nutrida no panorama das ciências cognitivas corporificadas, consegue descrever operacionalmente um conjunto de processos dinâmicos de acoplamento entre sistema e ambiente responsáveis pela sustentação da vida e aparecimento da cognição. A dinâmica cognitiva enativa envolve o aparecimento, ao sistema, de um mundo de sentido autogerado conforme a relevância dos fenômenos ambientais para a automanutenção do sistema. Esses sentidos agem não representacionalmente, como percepção direta de informação ambiental para a ação. Isso permite que o sistema se torne um agente, interagindo no meio intencionalmente, de modo autodirigido, para satisfazer as necessidades da sua inteligência sensório-motora e autopoietica. O enativismo teve sucesso junto à robótica corporificada em produzir autômatos capazes de operar em ambientes reais através de acoplamentos sensório-motores robustos e flexíveis. Ele pode também fornecer a peça central para pensarmos os problemas do sentido e intencionalidade na máquina, indicando as dinâmicas cognitivas naturais a serem implementadas roboticamente para alcançar um modelo que de fato aja intencionalmente. O Sistema Enativo de Cognição Artificial é a imagem teórica de tal autômato. Sua conceituação discute os problemas da necessidade de teleologia interna, interferência do designer e precariedade organísmica, temas centrais no condicionamento da agência intencional natural e sua possibilitação artificial.

Palavras-chave: enativismo; sentido; autômato intencional.

O ELEMENTO EXTRA-REPRESENTACIONAL EM *SOBRE VERDADE E MENTIRA NO SENTIDO EXTRAMORAL*

Arthur Brito Neves

Doutorando em Filosofia na UFG
arthur_brito@ufg.br

Esta exposição apresenta uma leitura do conceito de coisa em si, tal como trabalhado no opúsculo *Sobre verdade e mentira no sentido extramoral*, de Nietzsche. Nesse texto, o problema da coisa em si se apresenta atrelado a um tema central: uma resposta negativa às pretensões investigativas do homem do conhecimento. Nesse sentido, o presente texto mapeia três sentidos de verdade no opúsculo, destacando que em um deles a verdade é entendida como coisa em si. Há, portanto, um uso heterodoxo do conceito. Ademais, esse conceito tem, no opúsculo, o significado de uma entidade metafísica inacessível, na medida em que se define como sendo um tipo de objeto “X” que está para além do elemento representacional mais básico da epistemologia do texto, a saber, para além do impulso nervoso. Ao endereçar o conceito dessa forma, Nietzsche cai em algumas das objeções clássicas presentes na *querela em torno da coisa em si*. Como exemplo disso, ressaltamos a pergunta: como é possível conceber uma coisa em si, se o que temos acesso é apenas representação?

Palavras-chave: coisa em si; Kant; Nietzsche.

HÁ UM ESPECTRO A SER EXORCIZADO NA DEDUÇÃO TRANSCENDENTAL DE KANT?

Bergkamp Pereira Magalhães

Doutorando em Filosofia pela UFRJ
bergkamp-logos@hotmail.com

O debate contemporâneo entre conceitualismo e não-conceitualismo trata sobre a possibilidade de haver representações que não são estruturadas por conceitos. Apesar de ser apresentada sob estes termos por Gareth Evans em 1982, o debate tem Kant como um dos maiores precursores. No entanto, a interpretação de qual lado do debate Kant se insere é uma discussão à parte. Inicialmente, Kant foi visto como um forte oponente aos não-conceitualistas, sendo compreendido como conceitualista por intérpretes como Strawson, Longuenesse, Allison e McDowell, a partir da leitura de que intuições sem conceitos são cegas. Contudo, recentemente esta leitura recebeu críticas de intérpretes como Hanna, Pereira e Allais, entendendo que Kant é não-conceitualista e que há um sentido no qual as intuições são cegas. O pomo de discórdia atual gira em torno da Dedução Transcendental. Especialmente os parágrafos 13 e 26. Enquanto em 13 Kant afirma que os objetos podem aparecer sem estarem relacionados às funções do entendimento, em 26 Kant afirma que todas as intuições estão submetidas às categorias. Para Allison, há uma contradição que indica que Kant evoca um espectro para ser exorcizado ao longo da Dedução Transcendental e que o parágrafo 26 seria a conclusão deste trabalho. De maneira menos dramática, Longuenesse concorda que trata-se de uma ideia que será refutada. Não-conceitualistas discordam que há um espectro a ser exorcizado, visto que há uma sutil distinção pressuposta na Dedução Transcendental entre formas da intuição e intuições formais que explicam a suposta contradição entre os parágrafos 13 e 26. O presente trabalho tem por objetivo explicar esta discussão e defender a visão não-conceitualista a partir dos trabalhos de Michael Fichant e Pereira, mostrando que não há espectro a ser exorcizado na Dedução Transcendental, ou seja, que os objetos podem aparecer sem estarem relacionados às funções do entendimento.

Palavras-chave: não-conceitualismo; dedução; Kant.

O TERROR, O ESTRANHO E O DIONISIÁCO: Aproximações estéticas entre Hoffmann, Freud e Nietzsche

Bruno Werneck

Graduando em Filosofia – UFG
bruno_werneck@discente.ufg.br

O período moderno na filosofia compreende uma secção histórica que se localiza entre os séculos XVII e XX. Em seu período tardio, teve como uma de suas características o questionamento da racionalidade estrita como forma de conhecer e proporcionou o surgimento da Estética como disciplina filosófica. Esse movimento ocorreu na Alemanha do século XIX e teve como mote principal os autores do Romantismo, dentre os quais se destaca Hoffman. Tal movimento influenciou a Filosofia do mesmo período e, a partir do resgate de tragédia grega como poética suscitou o trágico no âmbito da Filosofia, do qual Nietzsche reconhece participar (Machado, 2006). No final do século XIX, Freud inaugura a psicanálise e propõe uma práxis clínica teorizada a partir de inúmeras referências à mitologia grega e ao Romantismo alemão. O presente trabalho tem como objetivo investigar possíveis correlações entre atributos discutidos pelos três autores, o que sugere uma interlocução entre eles a partir desse contexto histórico, filosófico e estético. O terror, o estranho e o dionisiaco figuram como elementos de uma nova subjetividade, marcada pelo trágico e pela superação de um ideal clássico pautado pelo bom, belo e verdadeiro. A partir da análise da obra “Os elixires do diabo”, “O nascimento da tragédia” e “O estranho”, buscar-se-á conexões e possíveis divergências entre os três autores.

Palavras-chave: Filosofia; Psicanálise; Romantismo; trágico; estética.

IMAGENS E DISCURSOS VARIEGADOS NO *FEDRO* DE PLATÃO

Bruna Morais

Doutoranda em Filosofia - UFG
bruanmrs@gmail.com

Muitas vezes os discursos, diz Sócrates a Fedro, podem assemelhar-se às pinturas que parecem vivas, mas quando interrogadas mantêm-se em silêncio (275d). É dessa forma que o discurso de Lísias sobre o desejo [*eros*] é recebido por Sócrates, como um amontoado de palavras que poderiam até mesmo serem colocadas em outra ordem, repetindo o mesmo sempre. Por outro lado, Sócrates é também um amante de discursos, mas busca escavar, daquilo que lhe soa agradável, algo maior que a beleza das palavras. Nesta comunicação, apresentaremos em que consistem os discursos vivos e profícuos elogiados por Sócrates no diálogo *Fedro* e qual seria o papel da filosofia na decomposição desses discursos. Também relevante aos nossos propósitos é vislumbrar a estrutura do texto de Platão a fim de compreender a relação entre as imagens e mitos suscitados pelo diálogo e o lugar da filosofia diante de certa instabilidade daquilo que não podemos obter. Parece haver a sugestão de que Platão aposta no fato de que a filosofia pode ser elaborada de diversas maneiras, desde que o objetivo, que se move e escapa, continue a ser a sabedoria. O filósofo talvez seja definido aqui como alguém que se coloca entre aquilo que é visto em um primeiro momento e o que pode ser suscitado pelos discursos através dos processos de coleção e divisão. Por fim, vale mencionar uma passagem que Sócrates afirma que a uma alma variegada ou intrincada [*poikilos*] só poderiam servir aos discursos que são eles mesmos variegados (277c).

Palavras-chave: poesia; discurso; limites da escrita.

VIDA EM CANGUILHEM, FOUCAULT E DELEUZE

Davi Maranhão De Conti

Doutorando em Filosofia - UFG
decontidavi@gmail.com

Interessa-nos apresentar em linhas gerais o problema da vida em Foucault, Canguilhem e Deleuze. Como veremos, a noção de vida desempenha função central nas diversas etapas da obra foucaultiana: vem à tona inicialmente nas análises arqueológicas realizadas em *Nascimento da clínica* e *As palavras e as coisas*; em seguida é considerada no interior das reflexões de Foucault a respeito do biopoder; finalmente, a noção de vida é retomada numa chave ético-estética. Também ocupa posição fundamental o conceito de vida no trabalho de Canguilhem. Para um exame do tema da vida em sua obra, podemos distinguir uma dimensão epistemológica, que se refere à especificidade das ciências da vida, e uma dimensão ontológico-normativa. A abordagem epistemológica da questão da vida em Canguilhem envolve uma tentativa de rejeitar o mecanicismo “sem cair [...] num vitalismo animista” (Muhle, [2008] 2013, p. 81). Para Canguilhem ([1943] 2011, p. 80), além disso, “a vida é [...] uma atividade normativa” e a relação entre organismo e meio é definida como “a procura de uma situação na qual o ser vivo, em vez de sofrer influências, recolhe as influências e as qualidades que correspondem a suas exigências” (Canguilhem, [1943] 2011, p. 231). Uma compreensão da vida como criativa é fundamental também para Gilles Deleuze: a vida é considerada no sentido de uma singularidade e indeterminação radicais, que Deleuze entende como individuação quase ontológica. Tanto Deleuze quanto Canguilhem representam assim uma forma de vitalismo reformulado, que compreende a vida como um princípio produtivo, criativo e sobejante.

Palavras-chave: vida; norma; biopoder.

PERCEPÇÃO EM NIETZSCHE: Retoque e arredondamento

Douglas Miranda de Oliveira

Mestrando em Filosofia - UFG

douglas_oliveira@discente.ufg.br

Ao realizar sua crítica ao conhecimento, Nietzsche não se furta em desenvolver também, uma reflexão acerca da forma com a qual recepcionamos e reagimos ao mundo. Imagens tais como “que os nossos olhos arredondem, completem o poema” (FW), podem ilustrar com pertinência o caráter criativo que toma conta da percepção humana. Para que se acompanhe como essa reflexão irá se dar, a observação de como se comportam os sentidos e o intelecto assume fundamental importância. Nossa comunicação, portanto, visa destacar elementos que possibilitem traçar a noção de uma percepção inventiva que, no entendimento de Nietzsche, constrói o mundo à imagem e semelhança daquele que o avista. E diversamente à concepção de uma representação fiel ou de uma adequação à realidade, propagadas exaustivamente no decorrer da história da filosofia, os acontecimentos que ocorrem em nosso entorno, adquirem os contornos elaborados pela constituição dos “círculos concêntricos” que em nós mesmos habitamos (M) – da justa medida do corpo.

Palavras-chave: percepção criativa; imagens do mundo; Nietzsche.

O CONVENCIONALISMO LINGUÍSTICO NO CRÁTILLO DE PLATÃO

Eduardo Freitas Nascimento

Doutorando em Filosofia - UFG
eduardofreitas@discente.ufg.br

Este trabalho reavalia a tese do convencionalismo linguístico apresentada por Hermógenes no *Crátilo*, de Platão. Frequentemente, a posição de Hermógenes é interpretada como uma forma de subjetivismo radical, segundo a qual a correteza dos nomes dependeria apenas do arbítrio de cada indivíduo. Em contraste com essa visão, argumentaremos que o convencionalismo de Hermógenes compõe uma tese coesa e filosoficamente defensável, cuja plausibilidade se revela na distinção fundamental entre o ato de impor (τιθέναι) um nome e o de usar um nome (καλεῖν).

Palavras-chave: Platão; Crátilo; convencionalismo linguístico.

CATÁSTROFE E COMPREENSÃO: Narrar o indizível e lembrar o trauma

Emmanuel de P. F. Rocha

Mestrando em Filosofia - UFG

emmanuel_ferreira@discente.ufg.br

A frase de Walter Benjamin, “a forma ideal da vivência traumática é a catástrofe” (Benjamin, 1991, p. 271), representa bem a tentativa de Charles Baudelaire, ainda no século XIX, de demonstrar como o cotidiano e a experiência prosaica do homem moderno foram tomados por traumas e embates com o perigo (Seligmann-Silva, 2000). O poema sobre a “Perda da Auréola”, que cai da cabeça do poeta ao saltar sobre o lodo do asfalto, revela um mundo onde tanto a poesia quanto a prosa perderam espaço, fornecendo um diagnóstico de uma “era das catástrofes cotidianas” (Cf. Seligmann-Silva, 2000, p. 74-75) - que emergiam como um problema político de primeira ordem. A etimologia de ‘catástrofe’ advém das palavras gregas *katá* e *strophé*, cujo significado é “virar para baixo”, “desabamento”, “desastre” (Nestrovski; Seligmann-Silva, 2000, p. 8). Esse “mundo às avessas”, que em seu “excesso” ofusca nossa mente e conceitos, desafia a nossa faculdade de compreensão, visto que, como lembra Hannah Arendt, são experiências que manifestam o “horror inexprimível, no qual não se aprende nada” transcendendo assim, “todas as categorias morais” e “padrões de jurisdição” (Arendt, 2004, p. 85). Compreender é fundamental para lidar com a realidade traumática, reconciliando-nos politicamente para nos sentirmos em casa em um mundo onde tais eventos são definitivamente possíveis (Cf. Arendt, 1993, p. 39). No entanto, como representar o real quando ele ultrapassa a nossa capacidade de imaginação? Como vencer a necessidade de narrar o indizível mediante a ausência de uma linguagem para subsumi-lo? (Seligmann-Silva, 2000, p. 78-79). Nesse sentido, “não será um caso perdido a tarefa de compreender” (Arendt, 1993, p. 44) como articular catástrofe e compreensão sem parâmetros de juízo?

Palavras-chave: catástrofe; compreensão; juízo; Hannah Arendt.

OS REGIMES ESCÓPICOS DA MODERNIDADE SEGUNDO MARTIN JAY

Gabriel Nunes de Souza Jinkings

Doutorando em Filosofia - UFG
gabrieljinkings17@gmail.com

A comunicação tem por objetivo comentar o artigo de Martin Jay, *Regimes escópicos da modernidade* (1988). Busca-se discutir os três regimes visuais apresentados pelo autor: o perspectivismo cartesiano, apontado como o modelo hegemônico, em contraposição a dois outros que não se pretendem totalizantes e apresentam caráter fragmentário e emblemático - a pintura holandesa e, em seu extremo, o barroco, considerado o mais reprimido dos três por propor uma visão do mundo irrepresentável ou indecifrável. A crítica de Jay à hegemonia desses regimes envolve a questão da posição do sujeito nessas epistemologias, como, por exemplo, a oposição entre um observador transcendental e universal, que pressupõe a homogeneidade da experiência visual para qualquer sujeito situado no mesmo espaço e tempo, e um observador contingente, cuja percepção depende de sua posição particular e individual. Para aprofundar a análise, serão apresentadas pinturas que ilustram esses três modelos, problematizando suas funções em relação à própria arte, especialmente no que tange à relação entre narratividade e descrição - distinção proposta por Georg Lukács para diferenciar a ficção realista da naturalista -, determinada pelas técnicas empregadas em cada regime. Por fim, serão sugeridas proposições para o registro de regimes escópicos alternativos, com o objetivo de refletir sobre a superação das hierarquias estabelecidas na modernidade e reconhecer a pluralidade de regimes existentes.

Palavras-chave: imagem; regimes visuais; narratividade.

A DEFINIÇÃO DE JUSTIÇA NA *REPÚBLICA* A PARTIR DA ANALOGIA ALMA-CIDADE

Gabriela Carvalho Carneiro

Doutoranda em Filosofia - UFG
gabriela_carvalho_carneiro@discente.ufg.br

A fim de delimitar o que a justiça é, na *República*, Platão propõe uma análise da *polis* para encontrar a unidade da justiça que seja aplicável a *polis* e a *psyche*. Parece razoável a percepção de que o que há na *polis* seja consequência do que há entre os cidadãos que constituem essa mesma *polis*. No entanto, compreender que uma cidade seja justa, por exemplo, se e somente se seus cidadãos o forem pode soar como um absurdo: isso equivale a dizer que algo deterá uma característica se suas partes constituintes também deterem essa mesma característica. Ou seja, x será justo se suas partes também forem justas. Além disso, pode-se cair no absurdo de dizer que uma cidade tem exatamente as mesmas partes que constituem a alma: cidade e alma são elementos distintos, e não idênticos. Essa problemática norteia a análise de como a definição de justiça pode se estabelecer a partir da analogia entre a alma e a cidade. A justiça é vivida socialmente se os elementos psíquicos dos cidadãos forem organizados e estruturados em conformidade com ela. Há, portanto, uma relação de interdependência entre a organização psíquica e a social para a construção de uma unidade de justiça. O objetivo do trabalho é, portanto, analisar diversas interpretações e diferentes abordagens entre as/os estudiosas/os, sobre como a analogia alma-cidade se relaciona ao conceito de justiça apresentado na *República*. Nesta comunicação, pretende-se traçar um paralelo entre essas diferentes interpretações a fim de se compreender melhor como a analogia mencionada pode colaborar para a argumentação e a definição do que seja a justiça.

Palavras-chave: justiça; *psyche*; *polis*.

RELIGIÃO, NATUREZA E INSATISFAÇÃO: Jean-Jacques Rousseau foi um insurgente?

Guilherme Henrique Martins Camargo

Mestrando em Educação - UFG
henrique.camargo@discente.ufg.br

O contexto do século XVIII marcou a história da humanidade e Jean-Jacques Rousseau foi um de seus grandes representantes. É possível perceber muitos traços em nossa sociedade que advêm do contexto oitocentista e do pensamento rousseauiano. Em se tratando da metafísica, do sagrado, da transcendência e da religião, nota-se uma profunda e constante influência. Acerca disso, vemos que o opúsculo da *Profissão de Fé do Vigário Saboiano*, presente na obra *Emílio, ou da educação* (1762) e as *Cartas morais* apresentadas na *Carta a Christophe de Beaumont e outros escritos sobre a Religião e a Moral* (2005), evidenciam a perspectiva inovadora e alternativa que Rousseau sugeriu à sociedade de seu tempo e que marcaram tanto o seu contexto quanto a posteridade dele. Ou seja, a tolerância religiosa, o exercício para com a pátria e as nuances do cristianismo no pensamento de Rousseau, tudo isso vem sendo destrinchado por grandes intérpretes como Robert Deranthé (1905-1992), Ronald Grimsley (1915-2003) e Thomaz Kawauche. No entanto, parece haver um aspecto que ainda pode ser explorado. É sobre ele que nos debruçaremos. Nossa hipótese é que, quando Rousseau propõe uma *religião natural*, além de romper com o paradigma das religiões tradicionais e desatrelar-se da perspectiva ateísta vinda do movimento iluminista, há uma sugestão e uma tendência à insurgência, que, neste caso, seria uma insurgência religiosa. Na *Profissão...*, Rousseau se transveste de *vigário* para criticar a incoerência dos senhores da fé e dos dominadores das letras e do pensamento (os filósofos e a filosofia em geral). Na *Carta a Beaumont*, notamos que o autor escreve ao arcebispo de Paris de forma ardilosa, propositalmente desprezensiosa e sarcástica. Logo, o passo final da discussão aqui proposta tem como objetivo mapear os limites de nossa hipótese e compreender de maneira plena o que de fato pode ser considerado como insurgência.

Palavras-chave: religião; insurgência; Rousseau.

PARA UMA APROXIMAÇÃO DA NOÇÃO DE ESTILO NO NIETZSCHE DISCENTE E UM DISTANCIAMENTO DE PFORTA E LEIPZIG (1858-68) E OS CONTORNOS E PRESSUPOSTOS DO ESTILO TAL QUAL SE PRODUZ EM *HUMANO, DEMASIADO HUMANO* (1876-80/1886)

Hercules Garcia da Silva Neto

Doutorando em Filosofia - UFG
hgarcia@discente.ufg.br

A presente proposta visa traçar uma aproximação e um distanciamento entre as noções de estilo delineadas nos diários de Nietzsche enquanto estudante de Pforta, nas anotações feitas em seus estudos de filologia clássica em Leipzig, bem como no projeto de liberação espiritual de *Humano, demasiado humano* ao final de seu ofício como professor na Basileia. Se por um lado, no Nietzsche de Pforta, já encontramos elementos agonísticos de um estilo que oscila entre a imitação de grandes modelos e uma rivalização para com estes, por outro, à medida que o estudante se especializa nos estudos filológicos em Leipzig, passa a adquirir uma visão mais crítica em torno dos juízos estéticos de uma estrutura formal da língua em seu formato “clássico”. Em seu ofício como professor de filologia na universidade, Nietzsche projetou cursos de introdução à filologia clássica, nos quais um pressuposto principal para o ajuizamento do que venha a ser um “clássico” seria a formação filosófica do filólogo. Tal formação capacitaria o especialista a uma visão de conjunto do *corpus* da tradição, de modo que sua interpretação de cunho filosófico do imenso material cultural a ser recebido pudesse dar unidade de sentido, mas também de estilo à pesquisa filológica, meio à miríade de compilados, manuais e edições críticas de textos comentados e reeditados *ad nauseam*. Essa unidade - que é uma unidade provisória - de estilo teria uma função formativa no sentido de integrar a pesquisa especializada dos textos tradicionais à própria cultura que recebe esse material, de modo a traçar continuidades e descontinuidades com a tradição consoante uma retroalimentação desta pela recepção. Veremos que, enquanto a noção de estilo em *Humano, demasiado humano* reverbera essa crítica formativa de Nietzsche, ela apresenta traços únicos que indicam um distanciamento do estilo imitativo, em vista de um agonismo cada vez maior com os clássicos.

Palavras-chave: *mimesis*; classicidade; *emulatio*.

PENSAR A PRÁXIS NO ENSINO DE FILOSOFIA EM COMPANHIA DE SUELI CARNEIRO

Iamar Curcino de Macedo

Licenciando em Filosofia - UFG
iamar_macedo@discente.ufg.br

Este trabalho busca problematizar o conceito de *práxis* no ensino de filosofia, com foco nas obras da filósofa e feminista Sueli Carneiro, especialmente sua tese de doutorado “Dispositivo de Racialidade” na qual a *práxis* é compreendida como um movimento de resistência contra o biopoder. Um dos objetivos da autora é revelar como o epistemicídio opera para manter hierarquias raciais e posicionar pessoas negras à condição de subalternidade. O estudo aborda ainda a perpetuação de estereótipos negativos e a marginalização da população negra após a abolição formal da escravidão no Brasil. Partindo então de uma apropriação e análise do “dispositivo de racialidade” de Sueli Carneiro - como um mecanismo que perpetua essa condição de inferioridade - a pesquisa busca explorar as condições de possibilidade de uma *práxis* filosófica antirracista no Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação - CEPAE/UFG, escola-campo de Estágio do curso de Licenciatura em Filosofia da UFG. Trata-se de uma instituição que, apesar de contar com um corpo docente majoritariamente branco, é uma escola comprometida com a transformação social, como é afirmado no seu Projeto Político-Pedagógico. Cabe ressaltar, porém, a identificação de uma lacuna no livro didático de Filosofia adotado pela escola que, majoritariamente, privilegia o pensamento eurocêntrico e negligencia as filosofias africanas e indígenas, contrariando as Leis 10.639/03 e 11.645/08. É neste cenário que esta pesquisa buscar propor atividades pedagógicas que desconstruam essa visão eurocêntrica, como o uso de jogos e debates que conectem conteúdos filosóficos à realidade das/os alunas/os, estimulando a reflexão crítica sobre o racismo estrutural. A experiência no CEPAE/UFG demonstrou a importância de uma filosofia inclusiva e decolonial, capaz de valorizar a diversidade cultural e filosófica e o potencial de uma educação crítica que enfrente o racismo estrutural no Brasil. O trabalho reforça que a inserção de autores e autoras negras, como Sueli Carneiro, e a adoção de uma *práxis* decolonial, são fundamentais para renovar o ensino de filosofia no país.

Palavras-chave: *práxis*; epistemicídio; racismo estrutural.

A CAPTURA DO DESEJO PELO CONHECIMENTO: Foucault entre Aristóteles e Nietzsche

Igor Freitas Martins

Doutorando em Filosofia - UFG
igorfreitas@outlook.com

O presente texto analisa, sob a perspectiva de Michel Foucault, a figura de Aristóteles como uma das morfologias históricas da vontade de saber no Ocidente. A análise se fundamenta nas lições de Foucault ministradas no Collège de France, especialmente em *Leçons sur la volonté de savoir* (1970-1971). O objetivo do estudo é compreender como Aristóteles organiza uma estrutura de pensamento que integra o desejo de conhecer ao sistema filosófico do saber, apagando sua exterioridade e subordinando-o à lógica da verdade. Para tanto, o texto identifica três teses centrais do pensamento aristotélico: a relação intrínseca entre desejo e saber, a universalidade desse desejo e sua naturalidade como traço da condição humana. No entanto, ao consolidar essa estrutura, Aristóteles promove exclusões fundamentais: o saber trágico, a materialidade do discurso e a problematização da origem do desejo de conhecer são suprimidos em prol de uma ordem racional do saber. A leitura foucaultiana mostra que essa operação funda uma racionalidade em que o conhecimento se torna soberano e autorreferente. Como resultado, o texto aponta para a ruptura proposta por Nietzsche, que, segundo Foucault, é o primeiro filósofo a restaurar a exterioridade do desejo como força vital e criativa, desatrelada da busca por uma verdade soberana. A importância dessa análise para a pesquisa reside na hipótese de que Foucault se insere criticamente na cisão entre Aristóteles e Nietzsche, recuperando elementos trágicos, exteriores e materiais na constituição da verdade.

Palavras-chave: vontade; conhecimento; verdade.

ENTRE A DIALÉTICA HEGELIANA E A MARGINALIZAÇÃO: Reconhecimento e identidade racial na contemporaneidade

Ingrid Talissa Barbosa De Brito

Mestranda em Filosofia – UFG
ingridtalissa@discente.ufg.br

Este trabalho propõe uma nova leitura da teoria do reconhecimento, presente na *Fenomenologia do Espírito* de Hegel, considerando também as realidades atuais das identidades racializadas. Na estrutura dialética da obra, a formação da autoconsciência depende de uma relação de mediação com o Outro, que passa por um processo de luta, alienação e reconhecimento mútuo. Assim, o reconhecimento é essencial para a formação de um sujeito ético e livre. Entretanto, quando essa ideia é confrontada com experiências históricas de exclusão, como o racismo estrutural, a escravidão moderna e a colonialidade, surge uma questão importante: como pensar o reconhecimento em contextos onde a subjetividade é criada sob condições de negação da própria existência? Baseando-se nas ideias de Frantz Fanon e Achille Mbembe, argumenta-se que o sujeito racializado não participa completamente do processo dialético de Hegel, pois ela está historicamente fora do campo de reconhecimento. Nesses casos, a negação não é apenas uma fase que pode ser supassumida na consciência, mas um apagamento contínuo que impede a formação de uma síntese. Assim, também dialogando com Axel Honneth, cuja teoria do reconhecimento atualiza a visão de Hegel no campo da filosofia social, o texto questiona os limites dessa teoria quando se trata de identidades cuja legitimidade simbólica foi, ao longo da história, negada. A proposta não é a de invalidar a teoria hegeliana do reconhecimento, mas submetê-la a uma análise crítica, mostrando suas possibilidades e limitações diante das feridas abertas pela modernidade racial. Dessa forma, o trabalho ajuda a repensar, sob uma perspectiva dialética, as condições que levam à emergência da subjetividade e da alteridade em contextos onde há uma luta por visibilidade, justiça e reconstrução simbólica.

Palavras-chave: Hegel; reconhecimento; identidade racial.

PRÁXIS E VICTA ACTIVA: O problema do trabalho em Karl Marx e Hannah Arendt

Joaquim Onofre Silva Neto

Doutorando em Filosofia - UFG
jonofre@discente.ufg.br

Esta pesquisa busca investigar a contraposição entre a concepção de trabalho em Hannah Arendt e em Karl Marx, enfatizando a hipótese de Arendt haver cometido alguns equívocos interpretativos ao analisar a teoria marxista. Ou seja, para Arendt, em *A condição humana*, Marx teria confundido *animal laborans* e *homo faber*, elevando o *labor*, categoria que estaria associada à necessidade biológica e à repetição dos ciclos naturais, a uma posição indevida na hierarquia das atividades humanas. No entanto, ao contrário dessa crítica, argumenta-se que Marx não reduz o trabalho à mera atividade animal, mas o compreende como *práxis*, isto é, como atividade criadora, social e histórica, essencial para a constituição do mundo humano e para a ação política. Essa investigação, portanto, tem por objetivo geral demonstrar como o conceito de *práxis* em Marx supera a fragmentação do conceito arendtiano de *vita activa* ao integrar trabalho, fabricação e ação política em uma visão unificada da atividade humana. Para sustentar esse argumento, serão analisadas, além das obras de Marx, as considerações de Adolfo Sánchez Vázquez, que sistematiza o conceito de *práxis* no interior da tradição marxista. A tese central é a de que a crítica arendtiana resulta de uma abstração teórica que não se sustenta diante da materialidade do conceito marxista de trabalho. Nesse sentido, a pesquisa pretende contribuir para o debate filosófico ao mostrar que a *práxis* marxista não apenas distingue, mas articula as dimensões de trabalho e fabricação, vinculando-as à esfera pública e ao potencial emancipatório da política. Assim, busca-se oferecer uma reinterpretação capaz de reposicionar Marx no centro das discussões contemporâneas sobre trabalho, política e transformação social.

Palavras-chave: trabalho; Karl Marx; Hannah Arendt.

A VOLTA DO CORPO NA FILOSOFIA

João Guilherme de Souza Silva

Graduando em Filosofia – UFG
joao_silva234@discente.ufg.br

A presente apresentação propõe discutir novas perspectivas sobre a volta do corpo na filosofia pelo campo da estética. A estética, pensada aqui originalmente como o estudo do sensível, afeto, desejo e do palpável, que escapava aos limites da própria filosofia. Um território ao qual o campo filosófico não havia lançado seu olhar e que crescia para além da própria filosofia. Com base no livro *A ideologia da estética*, de Terry Eagleton (1990), busco explorar como essa disciplina foi utilizada como um respiro a novos ares da cada vez mais abstrata e tecnicista teoria europeia do pensamento, pelo fato de a estética conseguir comunicar com essa parte do mundo experienciado (*Lebenswelt*) e do corpo que o racionalismo vigente não estava preocupado em discutir. Essa é uma discussão filosófica primordial nos trabalhos de Friedrich Nietzsche e Maurice Merleau-Ponty. Nietzsche, ao mostrar como o corpo é fundamental para o fazer filosófico, e Merleau-Ponty ao mostrar como o corpo é condição de percepção, não apenas objeto. Assim, a estética permite um retorno ao sensível e ao vivido, resgatando o corpo como elemento central da experiência filosófica e existencial, e não mais como um mero suporte passivo da razão. Sobre essa temática serão levantados os questionamentos norteadores da comunicação visando abarcar este tema que é de maior relevância para o debate filosófico.

Palavras-chave: corpo; estética; filosofia.

A ESTRUTURA LÓGICA E SUBJACENTE DA TEORIA DO CONTÍNUO E TEORIA DA VERDADE:

A leitura do Intuicionismo e Construtivismo

João Pedro da Silva Reis

Graduando em Filosofia - UFG
joao_reis2@ufg.br

Este estudo investiga os fundamentos lógicos e ontológicos do contínuo matemático, analisando-o através do prisma de duas tradições antagônicas: a aristotélica, aludidas pelo intuicionismo contemporâneo e a clássica-conjuntista. O objetivo central é desenvolver e expor a estrutura do contínuo, contrastando a concepção intuicionista - que o entende como uma modalidade; uma totalidade inacabada e construtível - com a visão clássica da Teoria dos Conjuntos - que o postula como um objeto completo e atual, isomórfico aos números reais. A investigação demonstra que a escolha por uma dessas não é meramente técnica, ou relegadas pela leitura hegemônica e tradição hermenêutica. Mas sim profundamente radicada em pressupostos filosóficos acerca da própria natureza da *verdade matemática*. Argumenta-se que a teoria da verdade subjacente à cada tradição - correspondentista e realista, no caso clássico, *versus* construtiva e verificacionista, no intuicionismo - determina diretamente a inteligibilidade de conceitos-chave como “continuidade”, “identidade”, “indistinguidibilidade” e a própria noção de “intervalo”. Problemas como a relação entre o contínuo geométrico e o aritmético, o estatuto dos fatos matemáticos e os critérios de correspondência com uma realidade matemática emergem, portanto, como centrais para esta explanação. Consta-se que a análise desses conceitos é imperativa para qualquer fundamentação filosófica da matemática que pretenda ser coerente, pois revela como a estrutura do contínuo funciona como um espelho das mais profundas intuições sobre o que significa conhecer e afirmar uma verdade matemática.

Palavras-chave: intuicionismo; construtivismo; contínuo.

O CONCEITO DE OBJETO EM FICHTE

Jonathan Postauê Marques

Mestrando em Filosofia – UFG

jonathan_postauê@discente.ufg.br

A obra *Fundamentos de toda a Doutrina da Ciência* (1974/95) estabelece uma dedução da representação, apresentando as condições de todo saber introduz o fundamento de nosso conhecimento por meio de uma argumentação genética. O ponto mais alto do conhecimento não é determinado por nada anterior e, por isso, é condição para as determinações. Para Fichte o ‘ponto mais alto’ da filosofia e fundamento de todo saber deve ser a autoconsciência, se algo surge como tema possível em nossa consciência, antes é pressuposta nossa autoconsciência. Deste modo, a argumentação genética pensa as condições que possibilitam a representação de um objeto do saber ou os pré-requisitos para aparição dos conteúdos de nossa consciência. Na dedução da representação, Fichte indica a *autoconsciência* como fundamento do conhecimento e apresenta sua constituição fundamental – pré-representacional. Assim, antes que um objeto X apareça em nossa consciência, sabemos imediatamente que somos nós a conjecturar sobre X; portanto, nossa autoconsciência é fundamental para qualquer saber. Mas, quais são as condições para ocorrência da autoconsciência? As condições são tais que o *eu* – no fundamento – não se relaciona com nada além de si. Como, no fundamento de nossa autoconsciência, o *eu* não está em relação representacional com o mundo, como explica-se a abertura do *eu* ao outro? Portanto, este trabalho pretende apresentar o conceito de objeto e sua possibilidade de aparição, como conteúdo de nossa consciência, a partir do *eu*.

Palavras-chave: subjetividade; objetividade; Fichte.

TOMÁS DE AQUINO E A INTELECÇÃO DA ESSÊNCIA

Josué Vinícius Castilho

Mestrando em Filosofia - UFG
josuevinicius@discente.ufg.br

A proposta de distinguir o ato de ser da essência, apresentada do capítulo IV do opúsculo *De Ente et Essentia* de Tomás de Aquino, deu origem a uma série de debates entre comentadores acerca da validade e do escopo dos argumentos mobilizados por Tomás para provar sua tese. A principal disputa gira em torno do assim chamada Argumento da Intelecção da Essência (AIE), que consiste em declarar que o intelecto apreende a noção da essência como um todo, de tal sorte que, se algo não for apreendido no ato da intelectção, não deve ser considerado pertinente à noção da essência. Tomás ilustra seu argumento ao dizer que, na apreensão de essências como a do homem ou da fênix, não se lhes atribui o ser, ou seja, pode-se concebê-los ainda que não existam. Logo, o ser não é intrínseco à noção da essência. Esse argumento, todavia, esbarra num possível problema, a saber: é possível passar do âmbito conceitual para o plano da realidade sem qualquer qualificação? Wippel (1979) e Owens (1981) pensam que não. Para ambos, o AIE é uma etapa de um longo argumento que nos levará a concluir que ser e essência são realmente distintos. Por si só, o AIE é incapaz de chegar a essa conclusão. Contudo, pretendo oferecer nesta comunicação uma defesa do referido argumento e mostrar por que ele pode provar uma distinção real entre ser e essência. Para isso, vou me apoiar nas contribuições de Twetten (2019), que aduz para uma distinção pressuposta pelo AIE, a saber, a distinção entre essência e supósito.

Palavras-chave: intelectção; essência; metafísica.

DA SERVIDÃO VOLUNTÁRIA À INSUBMISSÃO ASCÉTICA: O diálogo entre Etienne de La Boétie e Frédéric Gros

Kaïque Agostineti

Doutor em Comunicação (UnB)
Bacharelado e doutorando em Filosofia (UFG)
kaiqueagostineti@discente.ufg.br

Se os grandes desafios ambientais, sociais e políticos da atualidade nos impelem mais à revolta do que à servidão, por que continuamos não só a nos submeter, mas também a querer obedecer, a superobedecer? Como compreender nossa passividade se a irracionalidade do mundo se tornou evidente em nossos dias? No século XVI, Etienne de La Boétie foi um dos primeiros pensadores a formular o problema da submissão por meio da investigação acerca dos princípios e feitiços tirania em seu *Discurso da Servidão Voluntária* (1574/1576). Buscando romper com as teses filosóficas que explicavam a dominação tirânica pela desigualdade de forças e pelo consequente medo e covardia dos dominados para com o tirano, La Boétie propõe o princípio segundo o qual é a própria vontade de servidão dos tiranizados, o que sustenta a tirania. Se, para esse pensador, bastaria não desejarmos a servidão para recuperarmos a liberdade, se pode ser simples assim, temos então uma questão nada fácil: por que continuamos a desejar a servidão? Por que não temos a vontade de liberdade? La Boétie aborda os mecanismos psíquicos que levam ao esquecimento da liberdade; o autor entende que, uma vez perdida, a liberdade dificilmente poderia ser reencontrada, de modo que, mesmo uma revolta ou rebelião contra o tirano levaria somente a outra tirania. Dessarte, como poderíamos voltar a desejar a liberdade? La Boétie não apresenta respostas para essa questão. Séculos mais tarde, o filósofo francês contemporâneo Frédéric Gros se debruça novamente sobre o opúsculo laboetiano, desta vez, para investigar os motivos de nossa passividade em um mundo onde se multiplicam diariamente as razões para a revolta, onde a desobediência se tornou a evidência. Na obra *Desobedecer* (2017), Gros encontra no texto de La Boétie uma das análises precursoras acerca do fenômeno da superobediência. Porém, diante da ausência de soluções do precursor francês, Gros enxerga novas possibilidades: o autor compreende que, no quadro atual, qualquer revolta verdadeira passa por uma abdicação interior, uma insubmissão ascética, uma espécie de obediência mínima ao limite de uma sabotagem. Neste trabalho, propomos um diálogo com os pensamentos desses autores franceses, analisando suas teses sobre as razões da servidão ou superobediência, bem como a estratégia da insubmissão ascética proposta por Frédéric Gros.

Palavras-chave: servidão voluntária; insubmissão ascética; Frédéric Gros.

MULHERES NA FILOSOFIA: MATERNAIS, SIM, PESQUISADORAS NÃO? O que o ensino de filosofia tem a ver com a discriminação de gênero?

Larissa Lacerda Caetano

Licencianda em Filosofia na UFG
larissalacerda@discente.ufg.br

Este trabalho tem como objetivo investigar a presença e a legitimação das mulheres na filosofia, articulando reflexões de gênero às práticas educacionais. O ponto de partida é a constatação de que a diferença de gênero ainda afeta de maneira profunda a sociedade contemporânea, especialmente no âmbito acadêmico, tanto entre docentes homens e mulheres quanto entre discentes. Persistem padrões que associam a autoridade e a produção intelectual ao masculino, enquanto relegam as mulheres a papéis pedagógicos ou afetivos. A questão investigativa que orienta esta pesquisa é: “Mulheres na Filosofia: maternais, sim, pesquisadoras não? O que o ensino de filosofia tem a ver com a discriminação de gênero?”. A análise fundamenta-se em ideias extraídas do texto *Outros modos de se fazer filosofia*, de Juliana Ortigosa Aggio e na leitura do livro *Ensinando a transgredir*, de bell hooks. Essas autoras problematizam os dispositivos de legitimação do pensamento e o modo como vozes femininas são historicamente silenciadas ou desautorizadas. Entre as problematizações levantadas, destacam-se: a percepção de que professores homens são considerados espontâneos e respeitados, enquanto professoras precisam assumir posturas rígidas para conquistar reconhecimento; o julgamento recorrente das mulheres como “bravas” ou “autoritárias”; e a divisão simbólica que posiciona homens no bacharelado, vinculado à produção do saber, e mulheres na licenciatura, associada à transmissão. Nesta comunicação, o que se busca é apontar a necessidade de uma revisão feminista e antirracista da história da filosofia, bem como da valorização da docência feminina como produção ativa de pensamento, rompendo com a naturalização das hierarquias de gênero no ensino de filosofia.

Palavras-chave: feminismo; ensino da Filosofia; gênero.

OS LIMITES DO CONHECIMENTO NA OBRA *DOUTA IGNORÂNCIA* DE NICOLAU DE CUSA

Letícia Barbosa Pereira

Licencianda em filosofia - Campus Goiás UFG
Leticiapereira2@discente.ufg.br

Silvio Carlos Marinho Ribeiro

Doutor em Filosofia - UNICAMP
Professor de Filosofia - Campus Goiás/UFG
silvio_ribeiro@ufg.br

O tema deste trabalho é a teoria do conhecimento de Nicolau de Cusa e, mais precisamente, a relação entre conhecimento e as ideias de proporção, infinito e coincidência dos opostos na obra *Douta Ignorância*. Uma questão básica é: Como Nicolau de Cusa articula sua teoria do conhecimento a partir das ideias de proporção, infinito e coincidência dos opostos? De que forma que esta articulação contribui para a tese de que o verdadeiro saber é uma douta ignorância? Uma hipótese é a de que a principal preocupação de Nicolau de Cusa é teológica: como o ser humano pode ter conhecimento sobre os atributos de Deus? Esta questão tem implicação com questões mais gerais da teoria do conhecimento do tipo: Como sabemos? O que sabemos? O que é possível saber? Em poucas palavras: Quais os limites do conhecimento? Ora, se o infinito for um atributo de Deus, como um ente finito (o ser humano) pode conhecer um ente infinito (Deus)? O movimento do pensamento de Nicolau de Cusa vai de questões gerais para a questão específica acerca de Deus. Ele põe em questão a desproporcionalidade entre finito e infinito, mas enfrenta tal dificuldade com uma hipótese metafísica: a de coincidência dos opostos. Tanto Deus como o universo caem sob a condição de coincidência dos opostos na unidade e o intelecto humano alcança o conhecimento em função da participação no infinito e na coincidência entre máximo e mínimo. O resultado disso seria justamente a tese de que o conhecimento consiste em uma aproximação crescente em relação ao objeto, sem, todavia, assumir um conhecimento absoluto e final. A douta ignorância seria o reconhecimento do limite atual do conhecimento e este como um movimento indefinidamente contínuo de investigação.

Palavras-chave: conhecimento, Deus; infinito.

O ESTATUTO DO SIGNO NA FILOSOFIA CARTESIANA

Lucca Gadelha Greco

Mestrando em Filosofia - UnB
luccagreco@gmail.com

A noção de signo em Descartes permanece um aspecto marginal nos estudos sobre sua filosofia. De fato, são notavelmente escassas as publicações que se dedicam à temática, sobretudo quando se considera a abundante literatura acerca das questões mais consagradas no cartesianismo. Este trabalho visa contribuir propondo uma interpretação para o estatuto do signo em Descartes e analisando sua relevância para a descrição que ele faz da cognição humana. Iniciamos pela delimitação das ocorrências que nos são pertinentes nos escritos de Descartes dos itens lexicais *signum* e *signe*, visto sua abrangência semântica em latim e na língua francesa. Tendo feito isso, torna-se viável discutir de maneira precisa os trechos em que os termos são empregados, o que nos permite empreender uma análise lexical da qual obtemos algumas poucas, mas significativas, inferências. Por fim, verificamos se essas inferências resistem a uma análise conceitual, e dela extraímos uma definição para o estatuto do signo em Descartes. Sustentamos que os signos consistem em modos da extensão e não são entidades particulares, mas sim aquilo da extensão que provoca uma atividade cognitiva. Eles se individualizam pelo movimento da matéria e se diferenciam pela instituição que lhes confere sentido: a disposição de um aparato físico e sensorial, instituída pela criação divina, está na origem da significação natural, ao passo que o hábito instituído pelos homens acaba produzindo uma significação convencional.

Palavras-chave: Descartes; signo; cognição.

A RELAÇÃO ENTRE DIONÍSIO E LOUCURA NA FILOSOFIA DE NIETZSCHE

Lucas Romanowski Barbosa

Doutorando em Filosofia - UFG

lucas_romanowski@hotmail.com

O termo loucura enquanto noção filosófica pouco foi objeto de foco nos estudos acerca da filosofia nietzschiana. Antes, encontram-se textos e mais textos sobre a loucura, ou o colapso mental, que tomou de assalto o filósofo alemão no início de 1889. Não obstante, Nietzsche dedica alguma tinta sobre o termo loucura, o que nos permite ao menos iniciar uma reflexão temática. Em *Aurora* (1881), o aforismo 14 destaca em seu título: *significação da loucura na história da moralidade*. A partir deste aforismo, surgem possibilidades de investigação da qual destacamos uma: referindo-se a Platão e a todos os antigos, Nietzsche ressalta que foi através da loucura que chegaram à Hélade os maiores bens. Interessante notar que em seu texto tardio, adicionado posteriormente ao *Nascimento da Tragédia* (1872), *Tentativa de autocrítica* (1886), ele repete a mesma frase; agora, não mais para relacionar loucura e moralidade, mas para questionar um tipo de loucura específica: a *loucura dionisiaca*. Há, então, uma relação de Dionísio com a loucura? Seria a tragédia ática, tema da obra de 1872, uma arte da loucura, uma vez que se realizava em culto ao deus Dionísio? Por que a ênfase na noção de loucura e qual a implicação disso? Muitas questões nos surgem a fim de produzir um fio argumentativo sobre a pertinência da loucura enquanto tema filosófico: primeiro porque Nietzsche destaca tardiamente a noção de loucura em relação a sua primeira obra publicada; segundo, porque a loucura parece revelar pouco, ao menos numa primeira leitura, o próprio significado. Pensamos que ao relacionar ambas obras, *Aurora* e *Nascimento da tragédia*, teremos mais ingredientes argumentativos para explicar a noção de loucura e o vínculo com Dionísio.

Palavras-chave: loucura; Dionísio; tragédia.

VARIAÇÕES DO ÜBERMENSCH NA OBRA NIETZSCHIANA

Luciene Marques de Lima

Doutoranda em Filosofia – UFG/FAPEG
lucienemarquesdelima@gmail.com

Este estudo é um apontamento sobre pontuais diferenças na composição do Ü bermensch – que traduzo como além-do-humano - ao longo das obras de Nietzsche. Para tanto, utilizo como referencial teórico, além das obras de Nietzsche, a publicação de Antônio Edmilson Paschoal intitulada *A palavra Ü bermensch nos escritos de Nietzsche* e publicações de outros pesquisadores que colaboram para elucidar as principais características que diferem o Ü bermensch no transcorrer dos escritos de Nietzsche. Paschoal parte do princípio de que o Ü bermensch designa, de modo geral, o tipo humano superior e inicia seu mapeamento a partir das descrições de Nietzsche sobre tal tipologia nos escritos ainda do período da Basileia. O autor aponta que Nietzsche utiliza o termo Ü bermensch como *ü bermenschliches*, um adjetivo que designa um tipo humano aristocrático que cultiva “a fé em si mesmo (sem perder de vista o perigo que ela pode representar)”, e que há uma variedade significativa do termo Ü bermensch nos escritos posteriores à *Assim falou Zaratustra*, de modo que se torna um campo investigativo muito vasto. Paschoal afirma ainda que Nietzsche retoma as características do tipo nobre de forma mais aprofundada em *Para além de bem e mal*. As diferenças identificadas no significado que o Ü bermensch adquire nos escritos de Nietzsche, quando não observadas, podem provocar confusão tanto conceitual quanto no contexto daquilo que se pretende afirmar filosoficamente. Deste modo, a observância de “qual Ü bermensch trata o texto que estou produzindo” pode enriquecer conceitualmente a produção de um filosofar comprometido com a qualidade textual e acadêmica.

Palavras-chave: Ü bermensch; Nietzsche; tipologia nietzschiana.

RELAÇÃO MENTE-CORPO E SUAS NUANCES NA DOCTRINA DAS PERCEPÇÕES EM ESPINOSA

Marco Antonio Gomes de Freitas

Licenciando em Filosofia na UFG
marco2@discente.ufg.br

Pretendo mostrar que, no *Tratado da Emenda do Intelecto*, de Espinosa, faz-se necessário compreender a relação mente e corpo para, assim, alcançar a beatitude. Porém, para que essa empreitada seja realizável, é preciso tornar apto nosso entendimento por meio de uma reforma para que as coisas sejam conhecidas como devem ser conhecidas e, para assim, chegar ao fim desejado. Até então houve tentativas de explicar o mundo a partir de um Ser Perfeito, mas sempre o seu estofo eram abstrações que nada tinham de verdade - ocupavam o lugar das ideias verdadeiras. Isto é, para estabelecer uma ordem superior que deduza a verdade de tudo é necessário viabilizá-la por meio de condições seguras de conhecimento. A demonstração deve, antes de mais nada, passar por um inventário do que se encontra na consciência consistindo nesses modos de percepção. Com auxílio deste inventário, procurarei elucidar como a relação da mente e o corpo passa pela doutrina dos modos de percepção (gênero de conhecimento) de duas maneiras: (1) através da distinção entre, de um lado, a imaginação, e de outro o intelecto e razão; (2) através do modo como cada um deles concebe a relação entre a mente e o corpo. Ou seja, a primeira maneira trata de como a relação entre a mente e o corpo opera na distinção entre modos de percepção; ao passo que a segunda maneira concerne ao modo como cada um deles entende a própria relação operando em suas diferenças recíprocas.

Palavras-chave: percepção; mente-corpo; conhecimento.

DO ASSOMBRO AO CONCEITO: A pedagogia do monstro em Canguilhem

Marcos Bruno Silva

Doutorando em Filosofia - UFG
marcosbruno2786@gmail.com

É difícil não reconhecer a sensação de espanto causada pelos monstros. Temidos e admirados, os monstros provocam sensações ambivalentes, estimulam a imaginação e mais, desafiam os limites de nossa racionalidade. Eles levam a questionamentos interessantes sobre a sua condição: O que é um monstro? Como é possível a sua existência? Quais suas características? Bem, Aristóteles se referia ao filosofar como o despertar do homem pelo espanto, pelo assombro, pelo maravilhamento diante das coisas simples e complexas de nossa existência. O monstro provoca esse assombroso maravilhamento ao inquieto espírito filosófico, que deseja conhecer sua realidade. Georges Canguilhem, um admirador de Aristóteles, também enuncia algo bastante curioso sobre o filosofar: o filosofar é despertado pelo contato com o estranho. O presente trabalho objetiva apresentar o problema da monstrosidade e do monstruoso em Georges Canguilhem. O monstro coloca um problema complexo para a vida, desafiando-a no seu compromisso com a ordem e a sua regularidade, sustentada pela repetição de uma mesmidade ontológica. Para Canguilhem, o monstro é também uma forma de vida, que expressa, não um erro, ou fracasso da vida, mas sim uma alternativa radical de existência, marcada também por uma outra ordem, a da alteridade. Além de ser uma outra forma de vida, o monstro traz outros problemas, referentes às normas e os valores. Normal e anormal, valores vitais positivos ou negativos, embaralham-se com a presença deste ser vivo, trazendo questões sobre as razões de ser por trás de sua existência: a vida nem sempre segue por linhas retas, eis a pedagogia do monstro apresentada por Canguilhem. Assim, considerando o problema colocado à vida, suas normas e valores, pelo monstro, analisaremos o significado dos ensinamentos proporcionados pelo monstruoso e monstrosidade, a partir da existência do monstro. Esperamos com esse trabalho apresentar de que maneira o monstro contribui para a compreensão de noções centrais à filosofia biológica de Canguilhem, tais como norma, anormal e vida.

Palavras-chave: monstro; vida; Georges Canguilhem.

QUANDO EDUCAR É UM ESCÂNDALO: Fragmentos para pensar a resistência ao neoliberalismo no ensino de filosofia

Matheus Bezerra Parente

Mestrando em Ensino na Educação Básica – CEPAE UFG
prof.filo.parente@gmail.com

O trabalho propõe pensar o local do ensino de filosofia frente à situação da escola contemporânea, marcada pela sociedade da informação e também pelo neoliberalismo. A partir de um olhar inspirado nos escritos tardios de Michel Foucault, sobretudo em *A coragem da verdade*, busca-se afirmar um ensino que rompa com a lógica do empreendedorismo de si, apostando na *parresía* como gesto pedagógico e ético-político. Neste trabalho, o ensino de filosofia é compreendido não como transmissão de saberes prontos, mas como acontecimento que põe em questão os modos de sujeição e convoca outras possibilidades de experiências com o mundo. A proposta aqui é tratar o ensino de filosofia não como disciplina voltada para a afirmação da ordem, mas como meio para a elaboração de modos de vida que escapem da sujeição neoliberal. Ao recorrer ao conceito foucaultiano de *parresía* - a coragem de dizer a verdade sob risco, que cria um modo de vida - propõe-se uma prática docente que se faz na resistência: como exercício ético de liberdade, no qual o professor coloca a si mesmo em jogo, diante das/os alunas/os e das estruturas que o governam. Trata-se, portanto, de uma filosofia do ensinar que cria fissuras na racionalidade neoliberal, insistindo na potência da multiplicidade de modos de vida. É dessa perspectiva que o trabalho se constrói como uma crítica ao neoliberalismo, que impossibilita a experiência de modos de vidas divergentes da norma, mas, também, como uma pista para a construção de uma prática docente que almeje a multiplicidade, por meio do escândalo. Afinal, escandalizar-se por quê?, para quê?

Palavras-chave: ensino de Filosofia; resistência; *parresía*.

CONTRA O PARALELISMO PARA HABILITAR O PARALELISMO: Afecção e contínuo em Espinosa

Maykel M. de Paiva

Mestrando em Filosofia - UFG
maykelmpaiva@hotmail.com

A ideia de paralelismo permeia as interpretações da filosofia de Espinosa há bastante tempo: a não interação causal entre os Atributos, Extensão e Pensamento (e os demais); a noção de que os seus Modos, mente e corpo, são uma só e mesma coisa; a maneira como é estabelecida a mesmidade da ideia e o seu objeto e, em outros tantos aspectos. Sendo um empréstimo da filosofia leibniziana, o termo paralelismo não é só problemático por essa razão, mas principalmente por carregar vestígios de uma tradição interpretativa que Hegel encabeça, a saber, a de um Espinosa eleata e asceta. Algumas das inúmeras acusações que tal tradição faz ao sistema espinosano são a de uma Substância tautológica, imóvel e cujos Modos - afecções da Substância - são ilusões, sem existência real e, por isso, sem importância. A imagem dos Atributos como linhas paralelas que expressam, cada um ao seu modo, o que ocorre nos outros, parece recolocar a mesma imobilidade tautológica que Hegel enxerga na ontologia espinosana: se para cada *um* algo que ocorre num Atributo específico deve ocorrer *um* outro algo em um Atributo diverso, dentre as infinitas linhas paralelas o que temos é um monolito substancial, uma substância monolítica. E mais: sob essa concepção de paralelas, os Atributos são também vistos como linhas constituídas por pontos, isto é, como contínuos constituídos por coisas descontínuas. Então pergunta-se: é possível uma outra noção de linha que produza uma relação entre seus elementos e, em paralelo com outras, que preserve a continuidade e a atualidade da Substância, ou seja, da Sua infinitude absoluta? Uma análise mais aprofundada do conceito de afecção em Espinosa, junto com a noção de continuidade *coesa* ou *viscosa*, trabalhada na lógica intuicionista suave, isto é, de um contínuo indiscreto, não-isolável, parece-nos fazer considerar que sim.

Palavras-chave: Espinosa; afecção; contínuo.

FLORESTANIA: O que as florestas podem nos ensinar sobre política?

Maxury Milena Morene

Mestranda em Filosofia – UFG
maxmiller@discente.ufg.br

Este trabalho propõe uma reformulação do conceito de política a partir da noção de *florestania*, entendida como uma alternativa às concepções ocidentais, urbanas e capitalistas de cidadania. Inspirando-se em autores como Ailton Krenak, Adriano Correia e Hannah Arendt, argumenta-se que as florestas devem ser reconhecidas como sujeitos-territórios dotados de agência política, cuja escuta e compreensão exigem o rompimento com a lógica antropocêntrica e desenvolvimentista dominante. A *florestania* emerge das práticas e cosmologias dos povos originários e tradicionais como um paradigma que integra corpo, território, espiritualidade e ação coletiva, propondo uma política enraizada na reciprocidade, na pluralidade e nas alianças afetivas. Ao reconhecer a Terra como corpo vivo e ancestral, o texto reivindica uma dimensão política da existência que transcende os limites da pólis e questiona a separação entre natureza e cultura. A partir de uma perspectiva contracolonial e pós-desenvolvimentista, o artigo aponta a necessidade de novos imaginários políticos que valorizem a vida em sua diversidade e que se comprometam com a regeneração dos ecossistemas e das relações humanas. Nesse sentido, ser floresta é apresentado como condição fundamental da existência, e a *florestania*, como prática e filosofia, se afirma enquanto caminho ético-político para adiar o colapso ambiental e construir futuros plurais.

Palavras-chave: florestania; política; ancestralidade; povos da floresta; alianças afetivas

A DESCONSTRUÇÃO DOS ÍDOLOS JURÍDICOS: Contribuições de Friedrich Nietzsche para a Filosofia do Direito

Paulo Afonso Tavares

Doutorando em História
Universidade Federal de Goiás (UFG)
jor.pauloafonso@gmail.com

Embora frequentemente negligenciado nos estudos da filosofia do direito, o pensamento de Friedrich Nietzsche oferece uma crítica radical aos fundamentos morais da ordem jurídica ocidental. Utilizando o método genealógico, esta comunicação investiga a proveniência (*Herkunft*) e a emergência (*Entstehung*) de conceitos como justiça, culpa e direito, demonstrando seu caráter construído a partir de relações de poder e contingências históricas, em oposição a uma origem metafísica. A análise revela que a noção de “direitos iguais” é desmascarada por Nietzsche como o ápice da “rebelião escrava na moral”, um sintoma da moralidade decadente movida pelo ressentimento, que anula o “*pathos da distância*” necessário a toda cultura superior. Nesse sentido, a filosofia nietzschiana rejeita qualquer fundamento transcendente para o ordenamento jurídico, desconstruindo o direito natural como ficção e situando a origem da justiça não em uma verdade eterna, mas em arranjos pragmáticos entre forças aproximadamente iguais, cujo caráter inicial é o da troca. Ademais, demonstra-se como grande parte da justiça moderna, especialmente no direito penal, é interpretada como vingança mascarada, o anseio das “tarântulas” que, sob o discurso da igualdade, escondem seu desejo de revanche. Conclui-se que a contribuição de Nietzsche reside em desnaturalizar o direito, expondo-o não como um sistema neutro, mas como um campo de disputa onde Vontades de Poder se confrontam. Sua filosofia convoca a uma “transvaloração” dos valores jurídicos, desafiando a superação de uma moralidade fundada no ressentimento em favor de uma justiça afirmativa e criadora, para além do bem e do mal.

Palavras-chave: Nietzsche; filosofia do Direito; genealogia.

HANNAH ARENDT E O CONFLITO INTRAMUROS DA VIDA DO ESPÍRITO

Paulo Ricardo Gontijo Loyola

Doutorando em Filosofia - UFG
gontijoloyola@yahoo.com.br

Após examinar as categorias da vida ativa em *A condição humana*, Hannah Arendt planejava, em *A vida do espírito*, elucidar a fenomenologia das faculdades mentais do pensamento, vontade e juízo, utilizando, porém, uma via teórica que toma como referência o mundo das aparências. Sua análise sobre o juízo não foi escrita, mas alguns de seus textos, em especial suas *Lições sobre a Filosofia Política de Kant*, fornecem algumas pistas do que seriam as suas reflexões. Na Seção 10 de *A Vida do Espírito*, Volume 1: *O Pensar*, intitulada *A luta Interna entre Pensamento e Senso Comum*, Arendt relata como o próprio senso comum do pensador pode entrar em conflito com a perspectiva do ego pensante, gerando interpretações carregadas de suspeitas em relação ao mundo comum dos assuntos humanos. O que se postula nesta comunicação é que, de modo análogo ao conflito entre o pensamento e o senso comum, a própria leitura de *A vida do espírito* permite constatar que o conflito entre o pensamento e as demais faculdades do espírito pode originar problemas semelhantes. Argumenta-se que esses conflitos internos são a gênese de modos de pensar que, ainda que sofisticados, falham em captar dimensões importantes da realidade. A investigação se debruçará sobre as tensões intramuros mais significativas, tais como entre pensamento e senso comum; pensamento e vontade; pensamento e imaginação; pensamento especulativo e pensamento cognitivo; pensamento e vida da alma; pensamento e corpo. Serão ainda consideradas as disputas pela atenção e a orientação temporal das faculdades – utilizando-se, neste último caso, a contribuição teórica de Jacques Taminiaux em seu artigo *Time and the inner conflict of the mind* –, discutindo-se, ao final, o papel do juízo em relação aos referidos conflitos.

Palavras-chave: Hannah Arendt; a vida do espírito; conflito intramuros.

ENTRE A LEI E A NORMA: Inflexões butlerianas a partir de Espinosa

Rafael Arcanjo Teixeira

Doutorando em Ciências da Religião (PUC-Goiás)
rafael@pucgoias.edu.br

O conceito de “simbólico” ocupa lugar central na psicanálise lacaniana e na antropologia estruturalista, especialmente como instância que regula o desejo e organiza as relações de parentesco a partir da interdição do incesto. Essa perspectiva, ancorada na arbitrariedade do signo saussuriano, compreende o simbólico como lei fundacional que antecede e condiciona a inteligibilidade cultural. Contudo, Judith Butler problematiza tal concepção ao questionar se a noção de “posições simbólicas” não incorre numa reificação teórica, atribuindo caráter transcendental a normas que, na realidade, são histórica e socialmente instituídas. Para a filósofa, tratar o simbólico como instância a-histórica equivale a eternizar o que é temporal, blindando certas normas contra a corrosão do tempo e a potência da subversão. A alternativa proposta por Butler passa pela noção foucaultiana de norma, embora esta também traga impasses, já que, segundo Ewald, a norma não reconhece exterioridade: toda diferença já se encontra integrada ao seu funcionamento. Nesse sentido, qualquer contestação aparece como interna à própria norma, restringindo o horizonte de transformação. Para Butler, a leitura de Pierre Macherey, inspirada em Espinosa, oferece outro caminho: pensar a norma não como abstração autossuficiente, mas como forma de ação imanente. A norma não antecede os sujeitos; ela se realiza nos atos que os produzem e, portanto, só subsiste enquanto repetida. Essa performatividade cotidiana, contudo, abre brechas: contradições nos modos de reprodução das normas revelam seu caráter contingente e expõem seu poder não como absoluto, mas sempre dependente de reiterações. Assim, ao deslocar o foco da lei simbólica para a imanência da norma, Butler vislumbra uma política da performatividade. A repetição, necessária à permanência das normas, torna-se também a via de sua transformação. Usos desviantes e subversivos dos termos corroem parâmetros de inteligibilidade vigentes e exigem novas formas de significação, reabrindo o campo do possível entre lei, norma e história.

Palavras-chave: lei; norma; imanência.

O TÉDIO SOB A LENTE DE BYUNG-CHUL HAN

Rai Caixeta Pinheiro

Graduando em Filosofia - IFITEG
rai13pinheiro@gmail.com

O presente trabalho justifica-se pela relevância do impacto das mudanças socioculturais contemporâneas a respeito da subjetividade humana. Han, ao perceber as consequências dessa mudança, descreve a sociedade atual como a “sociedade do desempenho”, ressaltando como principais características dessa sociedade a incessante busca pela produtividade, eficiência e autos-superação. Essa pressão pelo desempenho faz com que os indivíduos não tenham tempo para o tédio, o que pode causar prejuízos à subjetividade humana. Compreender o conceito de tédio é de expressiva importância para a filosofia, pois sua compreensão vai além de uma simples apatia ou falta de estímulo, revelando-se nas obras de Han como uma experiência fundamental para refletir sobre a condição humana e a relação do indivíduo com o mundo. Ao analisar a abordagem e o uso do conceito de tédio profundo, nota-se que Han foge do convencional ao indicar aspectos positivos acerca de um conceito tradicionalmente tido como negativo. O tédio pode ser considerado uma peça importante no motor dos avanços filosóficos, tecnológicos e científicos, visto que para se trilhar um novo caminho é preciso o tempo de vazio. Além disso, é perceptível a relevância do tédio profundo no pensamento do autor, visto que esse conceito é apontado como um dos principais aliados da contemplação que, por sua vez, é a principal alternativa de sua crítica ao excesso de positividade e à lógica do desempenho. Deste modo, pesquisar sobre o tédio nas obras de Han, ganha relevância pelo fato do presente estudo tocar em aspectos que fazem parte da condição humana. Isso, consequentemente, provoca o pensamento crítico a respeito dos desafios existenciais que a sociedade contemporânea enfrenta hoje, como, por exemplo: pressão por eficiência, superficialidade, pressa e falta de criatividade.

Palavras-chave: tédio; sociedade; desempenho.

QUADROS FRATERNOS, OU QUANTOS TIPOS DE AMIZADES REALMENTE EXISTEM?

Reginaldo dos Santos Gomes

Graduando em Filosofia - UFG
rsgomes@discente.ufg.br

O tema da Amizade no Ocidente é praticamente universal na filosofia. O filósofo Massimo Baldini (2000) organizou uma coletânea de excertos, em que o tema é abordado por cerca de 20 filósofos, em mais de 2000 anos de história. Isso faz lembrar a pergunta foucaultiana sobre a profusão de discursos: por que esses discursos e não outros? (Foucault, 2008). A história conceitual da Amizade na filosofia pode ser comparada a quadros fotográficos de uma família. Cada momento produziu registros únicos. Cada filósofo decidiu selecionar uma parte que lhe pareceu mais útil para seus coetâneos e à posteridade. Nesse sentido, pode-se localizar escritos, como os de Platão (2015), que se ocupam de delimitação e da abrangência do conceito de Amizade: quem de fato é amigo? Amigo é o que ama ou o que é amado? Esses são apenas alguns exemplos dos questionamentos do diálogo. Outro autor que refletiu, de maneira mais sistematizada, sobre Amizade foi Aristóteles. Não somente conceituou Amizade como criou uma espécie de “taxonomia das Amizades”. Para Aristóteles (2018), era preferível viver sem todos os bens a viver sem Amizades. Segundo Aristóteles, as Amizades podem ser classificadas em três blocos: a) por utilidade; b) por prazer; c) por virtude. Essa classificação teve um impacto que afeta a sociedade até hoje. O questionamento que se pode lançar é: três tipos de Amizades são suficientes para abarcar a experiência humana fraterna com acuracidade? Esse questionamento desperta inquietações que perseguem algumas pessoas. Graças a outras experiências filosóficas, não são questões inauditas. Lançar um olhar crítico sobre Aristóteles é extrair o que há de bom e reinventar o que não se adequa à realidade contemporânea. Nesse sentido, é possível pensar modos de vida atuais de Amizade e para além, considerando a complexidade desses novos tempos históricos (Kehl, 2016).

Palavras-chave: amizade; discurso; Aristóteles.

REALISMO POLÍTICO E UTOPIA COMO ABORDAGENS FILOSÓFICAS: Os casos de Maquiavel e More

Renato Moscateli

Doutor em Filosofia - Unicamp

Professor de Filosofia - UFG

rmoscateli@ufg.br

Na Filosofia Política existem abordagens diversas seja para a interpretação crítica de fenômenos ligados, por exemplo, às formas de governo e ao exercício do poder, seja para a proposição de um dever-ser que sirva, em alguma medida, como paradigma para o bom ordenamento de instituições sociais e políticas. Dentre elas, costuma-se colocar o realismo e a utopia como polos opostos, na medida em que o primeiro buscaria se ater à compreensão de como a política funcionaria de fato para, então, determinar as estratégias de ação que seriam mais prováveis de obter sucesso, o que demanda recorrer à história como uma fonte essencial de conhecimento para esse objetivo; ao passo que a segunda procuraria construir comunidades ideais, via ficção, para explorar possibilidades que vão além dos limites encontrados nos casos políticos historicamente conhecidos, a fim de empreender experiências mentais capazes de apontar novos horizontes para a superação de problemas vigentes. Nesta comunicação, meu intuito é analisar as principais características dessas abordagens tomando como referência obras de dois pensadores do século XVI que são expoentes de cada uma delas: o florentino Nicolau Maquiavel e o inglês Thomas More. Embora tenham sido contemporâneos no contexto do Renascimento em suas respectivas pátrias, eles optaram por seguir maneiras distintas de escrever sobre a política, já que Maquiavel enfocou a “verdade efetiva” das repúblicas e dos principados, como nos diz em *O príncipe*, e More imaginou a “melhor das repúblicas” na ilha descrita em sua *Utopia*. Porém, não pretendo somente destacar as diferenças mais notórias nessas metodologias, e sim discutir se o realismo maquiaveliano também não nos oferece algum tipo de dever-ser para os ordenamentos políticos, assim como se a utopia moriana não nos fornece uma visão apurada sobre a realidade política quando parece apenas falar sobre um ideal ilocalizável no espaço e no tempo.

Palavras-chave: Maquiavel; More; filosofia política.

O PROJETO DE CRESCIMENTO DOS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO A PARTIR DE 1938 SEGUNDO HANNAH ARENDT

Samarone de Oliveira Lopes

Doutorando em Filosofia - UFG
samarone.filosofia@gmail.com

Em *Origens do totalitarismo*, Hannah Arendt afirma que os primeiros campos de concentração nazistas eram dotados de métodos bestiais com a finalidade de difundir terror, matar políticos de destaque, privar a oposição de seus líderes e intimidar o surgimento de eventuais novos líderes. A partir de 1938, os campos de concentração retomam seu projeto de crescimento com a prisão em massa de todos os judeus alemães do sexo masculino, ficando a cargo da SS o controle e a administração dos campos de concentração. Segundo Arendt, apenas uma pequena fração dos internos desses novos campos, em geral sobreviventes de anos anteriores, poderia ser tida como adversária do regime nazista. Muitos eram os criminosos que depois de cumprir suas penas nas prisões eram encaminhados para os campos, fazendo companhia aos chamados elementos associiais: homossexuais, comunistas, pequenos contraventores etc. Para a pensadora, a maioria esmagadora das pessoas que constituíam o grosso da população dos campos era totalmente inocente do ponto de vista do regime, bastante inofensiva sob todos os aspectos e sem nenhuma culpa por convicções políticas ou atos criminosos. Outra característica dos campos, tal como arquitetado por Himmler à frente da SS seria o seu caráter permanente, bem como o caráter permanente das câmaras de gás. Por serem de baixo custo, as câmaras de gás também foram de grande importância para a administração dos campos, uma vez que esse projeto trataria os prisioneiros como cobaias fáceis para serem testadas nas câmaras de gás, tornando-os quase que obrigatoriamente “matérias-primas para a fabricação de cadáveres”. Por isso mesmo, os campos de concentração operaram como laboratórios experimentais da dominação totalitária. Esse processo, desenvolvido nos campos de concentração, baseia-se no princípio de que a dominação total só é estabelecida quando o ser humano é transformado em um ser completamente condicionado, totalmente despersonalizado e impossibilitado de qualquer ação, transformando-se em um ser autômato.

Palavras-chave: campo de concentração; nazismo; laboratório.

CÉREBRO E PENSAMENTO: Filosofia e neurociências na obra de Henri Bergson

Samira Cristine dos Santos

Graduanda em Filosofia - UFG
samisamira@discente.ufg.br

A presente comunicação trata de uma investigação inicialmente feita para um projeto de iniciação científica sobre a obra e o pensamento de Henri Bergson (1859–1941), com foco em sua conferência de 1904, “O cérebro e o pensamento”, incluída em *A energia espiritual* (1919). A partir dessa palestra e de obras fundamentais como *Ensaio sobre os dados imediatos da consciência* (1879) e *Matéria e memória* (1896), examina-se a crítica de Bergson à visão mecanicista predominante de sua época, ao defender que pensamento e consciência não podem ser reduzidos a processos cerebrais. Em *Matéria e memória*, o cérebro emerge não como repositório da memória, mas como mediador funcional que orienta lembranças para a ação, distinguindo corpo (presente) de espírito (passado). A pesquisa vem sendo desenvolvida por meio de revisão bibliográfica rigorosa, de modo a (1) compreender como teorias científicas sobre o cérebro influenciaram a filosofia bergsoniana e (2) analisar o alcance atual dessas ideias no debate contemporâneo entre filosofia da mente e neurociências. Resulta-se que as concepções de Bergson, ao valorizar a intuição e enfatizar uma metafísica onde consciência e duração não se reduzem à mera causalidade física, oferecem contribuições relevantes para repensar a relação entre mente e cérebro no contexto das neurociências modernas.

Palavras-chave: intuição; cérebro; pensamento; Neurociência.

A SÍNTESE EM KANT E A SUA RELAÇÃO COM A FILOSOFIA DE HUME

Samuel Vasco Cordeiro Campos

Licenciando em Filosofia - UFG
samuelvasco.cordeiro@gmail.com

Uma das principais teses da epistemologia kantiana, é que a síntese é “a primeira origem do conhecimento”. Pois é só ao percorrer e ligar os elementos de um múltiplo que podemos chegar à consciência desse múltiplo como um todo complexo. Na medida em que representações de objetos são sempre complexas, isso significa que qualquer conhecimento de objetos - tanto o conhecimento matemático, quanto o conhecimento perceptual de objetos - pressupõe uma atividade sintética. É a partir dessa tese que Kant define a função do entendimento e da imaginação no conhecimento. Enquanto a imaginação percorre e unifica os elementos da intuição, o entendimento é a faculdade que submete essa atividade a regras *a priori* sem as quais a atividade sintetizadora da imaginação não resultaria em conhecimento. Na dedução transcendental das categorias, Kant aprofunda a concepção da síntese ao vinculá-la à sua teoria da autoconsciência. Assim, a consciência da própria identidade que está envolvida na consciência ‘eu penso’ exige uma unidade sintética de todas as representações que o sujeito atribui a si mesmo. Com isso, a síntese é entendida como uma condição necessária da autoconsciência, ou seja, como uma condição necessária da unidade da consciência sem a qual a consciência da própria identidade não seria possível. A partir disso, Kant busca legitimar a aplicação das categorias a intuições sensíveis. Nesse contexto, Kant distingue entre a síntese que é necessária e consequentemente válida para todos e a síntese empírica, isto é, a associação. Com isso, Kant implicitamente refere-se à epistemologia de Hume, segundo a qual a associação efetuada pela imaginação é a origem de categorias, tais como a da causalidade. Segundo Kant, a teoria humana da imaginação não pode explicar o conteúdo e a função objetivadora das categorias do entendimento. O objetivo do trabalho é apresentar a teoria kantiana da síntese, ressaltando sua relação crítica com a epistemologia empirista de Hume.

Palavras-chave: síntese; Kant, Hume.

DIÁLOGOS ENTRE FOUCAULT E SUELI CARNEIRO: Sobre as relações de poder no ensino de filosofia brasileiro

Suyane Quirino de Melo

Mestranda em Filosofia - UFG
suyaneqm@ufg.br

Uma análise das relações de poder torna-se necessária para a compreensão da constituição dos sujeitos históricos. Em *O sujeito e o poder* (1995), Michel Foucault nos apresenta a relação sujeito-poder, de maneira que, longe de ser uma substância, o sujeito se constitui em meio aos saberes de uma época, que não são atemporais, nem a-históricos e, por isso mesmo, produzidos por determinadas relações de poder. Ao considerarmos o contexto social, cultural, político e econômico brasileiro, algumas discussões são suscitadas no âmbito das relações de poder existentes entre nós, valendo investigar os modos pelos quais essas relações interferem nas subjetividades que se constituem em nosso solo. Nesta comunicação busco mostrar como a análise dessas subjetividades é significativamente relevante, uma vez que os sujeitos constituídos por elas fazem parte de lógicas e racionalidades específicas que operam de modos distintos, nas diversas instituições brasileiras, incluindo as escolares. Sabemos que as relações de poder são herdeiras da tradição cristã do poder pastoral e, por isso, exercem-se de maneira capilar e quase invisível. No entanto, essas relações podem ser percebidas mediante um olhar mais atento à história do Brasil em busca de uma compreensão dos dispositivos que operam no presente. Sueli Carneiro (2023) observa que o dispositivo de racialidade, por exemplo, empreende um conjunto de práticas que inscrevem o lugar do “eu” e do “outro”, construindo relações e constituindo sujeitos importados das contingências de nosso passado colonial e escravocrata. Nesse sentido, os dispositivos do presente que constituem as subjetividades, dizem dos sujeitos, sejam elas/es educadoras/es ou discentes, o que reverbera nas práticas de ensino da filosofia, como disciplina escolar. Trata-se aqui de problematizar essas práticas instituídas que se dão no campo das relações de poder nos espaços escolares e nas aulas de filosofia. Nossa hipótese parte da possibilidade real de se instituir práticas de ensino outras, nesses espaços, o que nos mobiliza a pensar em caminhos que apontem para as práticas de resistência.

Palavras-chave: ensino de filosofia; Foucault; Sueli Carneiro.

REALISMO E DEMOCRACIA: Contribuições espinosanas para pensar a política brasileira

Victor Fiori Augusto

Doutorando em Filosofia na UFG
vicfiori@gmail.com

Esta comunicação tem o objetivo de evidenciar o sentido do que seria um realismo político em Espinosa e sua relação com a democracia. Em primeiro lugar, afastando equívocos que o termo “realismo” pode suscitar, apresentaremos uma definição do que entendemos aqui como “realismo político”, a saber, uma forma de encarar a estrutura de poder de uma dada sociedade que pretende apreendê-la tal como ela é, sem ser perturbada pela imaginação de como se gostaria que ela fosse. Em segundo lugar, analisando os parágrafos iniciais do *Tratado político* de Espinosa, exporemos as críticas que Espinosa faz à abordagem quimérica dos “teóricos ou filósofos” acerca da política, passando, em seguida, às suas considerações em relação aos “políticos” – cujos ensinamentos, embora não se afastem da prática, estão mais voltados para a contenção da malícia humana do que para o cultivo de sua potência. Tendo em mente tanto o idealismo dos filósofos quanto esse realismo dos políticos, procuraremos evidenciar como, em suas reflexões políticas, Espinosa procurar deduzir da comum condição ou natureza dos seres humanos aquilo que mais convém com a *práxis*, o que permitirá perceber que sua filosofia política é marcada por um realismo que podemos chamar de democrático. Nas considerações finais, apontaremos como esse realismo democrático espinosano, quando relacionado à ideia de democracia como império totalmente absoluto, pode contribuir tanto para a crítica de um realismo político de viés conservador quanto para uma melhor compreensão da atual política brasileira.

Palavras-chave: realismo político; democracia; Espinosa.

MAS LIVRAI-NOS DO MAL. E SE O MAL FOR EU?: Vontade de poder e os movimentos totalitários do séc. XX

Vinicius Araujo da Silva Nascimento

Mestrando em Filosofia - UFG
viniciusnascimento@discente.ufg.br

Ao longo da história da filosofia, a principal crença acerca do motivo pelo qual fazemos o mal se fundou na concepção de uma espécie de fraqueza, ou ainda, de uma confusão na faculdade das escolhas. Na Antiguidade, vemos o mal como uma espécie de ausência de bem, ou ainda, uma privação do mesmo; vemos ainda que o executamos por uma espécie de confusão ao tentar encontrar o bem, como se fizéssemos o mal por ele se apresentar como um “bem aparente”. Sempre foi essa a perspectiva, por ignorância, confusão, vício ou fraqueza fazemos o mal, mas nunca deliberadamente, nunca porque sabemos que é mal e mesmo assim o escolhemos fazer; afinal, saber da natureza do mal e escolher o efetuar seria diabólico, como diria Kant. Todavia, como bem apontará Nietzsche, fomos nos transformando, no decorrer da nossa própria história, como que em seres transcendentais e quase como que divinos, que só são capazes de desejar o bem, de promover o bem-estar e a vida comum, como se alguma coisa que fugisse às virtudes fosse um desvio equivocado da nossa própria natureza. Entretanto, isso se dá porque nos esquecemos que somos, bem como todos os seres orgânicos, estruturas sempre e a todo instante desejosas e lutadoras por mais potência e, com isso nos esquecemos que nossas relações se dão minimamente por exploração. É a partir dessa ótica nietzschiana que buscaremos entender os movimentos totalitários do século XX, traçando paralelos com os conceitos e perspectivas arendtianas sobre o mal, bem como sobre esses eventos que marcaram nossa história enquanto humanidade. Veremos como, através de um modo sistemático de banalização e operação do horrendo, até a mais simples, humilde e virtuosa pessoa pode ser capaz de executar os atos mais maléficos, abomináveis e escandalosos que esta Terra já viu.

Palavras-chave: vontade de poder; totalitarismo; violência institucional; vida política.

NIETZSCHE, DOSTOIÉVSKI E DÜHRING: Nuances acerca do ressentimento

Vinícius Ferreira Borges

Mestrando em Filosofia - UFG
viniciusferreira.filosofia@gmail.com

Este trabalho propõe uma análise comparativa do conceito de ressentimento em três perspectivas: a filosofia de Friedrich Nietzsche, a literatura de Fiódor Dostoiévski e a reflexão moral de Karl Eugen Dühring. A partir da etimologia de *ressentiment* – experiência emocional repetida diante de ofensa ou humilhação não superada –, busca-se compreender como cada autor interpreta esse fenômeno. Em *Genealogia da Moral* (1887), Nietzsche entende o ressentimento como uma disfunção psicofisiológica, marcada pela incapacidade de digerir experiências negativas e transformá-las em ação criadora. Para ele, o ressentimento se torna o motor da inversão de valores: a fraqueza passa a ser chamada de virtude, a força de vício; a submissão é associada à bondade, enquanto o sofrimento é valorizado como mérito espiritual. Por sua vez, Dostoiévski apresenta, em *Memórias do Subsolo* (1864), o personagem conhecido como “homem camundongo”, que encarna a figura do ressentido. Preso à ruminação obsessiva, esse sujeito converte sua impotência em suposta superioridade moral, refugiando-se em justificativas e subterfúgios. Ele antecipa, de certo modo, o “homem do ressentimento” nietzschiano, marcado pela negação da vida e pela paralisia diante da ação. Já em *O Valor da Vida* (1875), Dühring oferece uma interpretação distinta: o ressentimento pode servir de base legítima para a vingança e para a justiça retributiva. Nietzsche, por sua vez, opõe-se a essa visão, defendendo que a verdadeira justiça nasce do *pathos da distância* próprio dos nobres. A comparação entre esses três autores mostra diferentes nuances do ressentimento: patologia moral e motor da “rebelião escrava” (Nietzsche), condição existencial de autodestruição (Dostoiévski) ou fundamento de uma justiça retributiva (Dühring). Sendo assim, o ressentimento atravessa diferentes sistemas morais e constitui um traço marcante do sujeito moderno e pós-moderno. Eis a questão que norteia esta comunicação.

Palavras-chave: ressentimento; moral; Nietzsche; Dostoiévski; Dühring.

ABAIXANDO PARA PEGAR O PODER: Um diálogo entre Hannah Arendt e os Yippies no palco combativo dos anos 1960

Wander Arantes de Paiva Segundo

Doutorando em Filosofia - UFG
segundo666hellawaits@gmail.com

O objetivo deste texto consiste em analisar as semelhanças existentes entre o conceito de ação de Hannah Arendt descrito em *A condição humana* e o tipo de ação combativa ao governo e ao *status quo* estadunidense promovida na segunda metade da década de 1960 pelo movimento político de extrema esquerda Youth International Party (Yippie) nos protestos anti guerra e pelos direitos civis que ocorreram nas ruas dos EUA, a partir das obras publicadas por dois de seus principais mentores Abbie Hoffman e Jerry Rubin. Nosso objeto, portanto, se concentra em demonstrar a existência de uma conexão entre o pensamento arendtiano e a ação de grupos de protesto radicais como o Yippie, e outros que surgiram ao longo do século XX e começo do XXI, e como esta conexão teria influenciado o atual panorama político. Embora contemporâneos e atuando no mesmo país, Arendt e o partido Yippie não possuem qualquer registro de interação. Os comentários de Arendt, principalmente em *Sobre a violência* acerca dos grupos de protesto e contra culturais que atuavam nas ruas estadunidenses durante o período são demasiadamente generalizados a ponto de não se distinguir exatamente a qual dos diversos grupos atuantes naquele período estes comentários se aplicam. A partir da leitura de obras como *Revolution for the hell of it* e *Steal this book* de Hoffman e *Do It e We are Everywhere* de Rubin podemos perceber que ambos também não citam a autora como uma influência ou qualquer apontamento de conhecer sua obra, porém, ao analisarmos o conceito de ação de Arendt e contrastá-lo com o manifesto Yippie e a narrativa de suas ações no contexto revolucionário da época podemos perceber uma série de semelhanças. Cabe a nós então focar nosso estudo a partir dos textos citados e compreender a aproximação entre o pensamento arendtiano e os grupos de resistência que tomaram conta da esfera pública a partir de meados do século XX e sua peculiar forma de fazer política.

Palavras-chave: ação; grupos de resistência; esfera pública; Hannah Arendt.

UMA ANÁLISE DO M-CV DE LACEY E MARICONDA À LUZ DE SUA APLICAÇÃO

Wanderson Castilho Ramos

Graduando em Filosofia – UFG
wandersoncastilho@discente.ufg.br

Neste trabalho, proponho um panorama do M-CV (modelo de interação entre ciência e valores) de Lacey e Mariconda (2014), apresentando (i) uma breve sistematização do modelo; e (ii) abordando dificuldades de sua aplicação nas práticas científicas. Na parte (i), destaco as cinco etapas lógicas da atividade científica distinguidas no M-CV, enfatizando a etapa lógica da imparcialidade e contrastando o modelo com o programa que Lacey (2002; 2008a; 2010; 2014; 2019) compreende como sendo a imagem materialista moderna da ciência, que assume imparcialidade e neutralidade a partir da Tecnociência comercialmente orientada (TC) e entrelaça ciência, tecnologia e estratégias descontextualizadoras (SCs) que privilegiam certas perspectivas de valores. Em (ii), abordo pontuais motivos que explicam a dificuldade de expandir o M-CV num cenário de hegemonia de estratégias materialistas em instituições (Lacey, 2014a; 2014b) e o cientificismo dominado pela estrita objetividade e da tecnociência que exclui estratégias sensíveis ao contexto (SCs) (Sacrini, 2014; Ramos, 2014). Em resposta, lanço luz ao potencial papel que instituições do Terceiro Setor podem ter como territórios férteis de expansão do M-CV, mais especificamente aquelas comprometidas com práticas científicas ligadas à conservação marinha e diálogo de saberes tradicionais (de comunidades originárias). Por fim, analiso o Projeto Coral Vivo como uma dessas potenciais instituições científicas, na medida em que o projeto manifesta características favoráveis à pesquisa multiestratégica que estamos procurando com vistas a ampliar o M-CV e contornar o problema da aplicabilidade aqui levantado.

Palavras-chave: ciência e valores; neutralidade científica; Hugh Lacey.

DIDÁTICA *BILDUNG* EM HEGEL, ENQUANTO CONFIGURAÇÃO DO ENSINO DA FILOSOFIA PARA A CULTURA ESCOLAR

Wanderson José de Sousa

Graduando em Filosofia - UFG
tapuia@discente.ufg.br

Júlia Ramalho Sebba Moraes

Doutora em Filosofia - UFG
Professora da FaFil - UFG
juliasebba@ufg.br

Em Hegel (1770-1831) a concepção de *Bildung* institui a formação do sujeito enquanto dimensão cultural. Tendo esse aspecto formativo como ponto de partida para nossa discussão, objetivamos com esse texto traçar um panorama de como ocorre esse processo na formação humana instituído pelo aprendizado da filosofia, ou seja, aspectos constituidores tanto do aprendizado *em si*, quanto de domínios epistemológicos dos conceitos abordados. Desse modo, primeiramente, será tematizado aspectos da *Bildung* hegeliana em seus escritos que propagam tal aspecto formativo de sua filosofia em seu período de professor e diretor do *Gymnasium* em Nuremberg (1808-1816), denominados “*O ensino de Filosofia nos Ginásios*” (1812) e “*Sobre o Ensino da Filosofia nas Universidades*” (1816). Estes compilados (Mourão, 1989), trazem como parâmetro de problematização a educação/instrução como contribuições em sentido pedagógico, que visam a formação no que tange ao pensamento filosófico e ao estudo da filosofia para estudantes do ensino secundário. No segundo momento, tratamos do conceito de hábito, tanto em Hegel (§409, p.167 e ss., 1995.), quanto em Aristóteles (*Ética a Nicômaco*, Livro I, 1094^o e ss., 2023, p.44), objetivando com isso dimensionar tal conceito no aspecto formativo vinculado ao aprendizado do Homem. Assim, a educação da *Paideia* e a educação da *Bildung* serão erigidas como ponto de apoio de nossa argumentação, no que tange a formação humana. Para tal, argumentamos que a filosofia pode ser apreendida em estudos iniciais, mais gerais, como o *Gymnasium* e não somente de modo específico como em estudos mais densos de especialistas com sentidos teóricos (hipóteses). Desse modo, apoiados tanto em Hegel, quanto em Aristóteles e em comentadores (Novelli, 2005; Albuquerque, 2022), com foco nos conceitos de *Paideia* e *Bildung*, este texto visa ainda, no segundo ponto, estabelecer a pertinência do ensino da Filosofia na atualidade e inferir a capacidade filosófica de um *devir* para a *Bildung* hegeliana. Por fim, no terceiro ponto, abordamos em nosso contexto contemporâneo a validade da *Bildung*, enquanto corroboradora do ensino da Filosofia, para adolescentes no ensino médio.

Palavras-chave: *Bildung*; didática; educação.

PROMESSAS CULTURAIS DO ESTÉTICO E MESSIANISMO FILOSÓFICO: História, teologia e estética crítica em Walter Benjamin

Ysnay Barbosa Santos

Mestrando em Filosofia - UFG
ysnaybarbosa@discente.ufg.br

A obra de Walter Benjamin é conhecida por ser atravessada pela dicotomia entre a tradição freudo-marxista e o pensamento teológico alinhado à mística judaica. Esses temas encontram no pensamento benjaminiano uma interseção que produz uma filosofia radical e crítica, tanto no sentido epistemológico quanto estético e político. Nesta comunicação, pretende-se evidenciar a presença e os aspectos do messianismo filosófico nos debates de estética no pensamento benjaminiano a partir da dicotomia entre alegoria e símbolo em *Origem do drama barroco alemão* (1928), identificando os contrastes e rompimentos com as reflexões sobre estética e filosofia da arte na tradição idealista. Trata-se de refletir sobre esses contrastes através da ideia de promessas, tal como Monique Roelofs em *A promessa cultural do estético* (2023) formula a ideia de promessas culturais do estético, identificando falsas promessas que foram quebradas no decorrer da história da filosofia, sejam do projeto iluminista ou do reino de Deus. Enquanto a representação simbólica, típica das filosofias do idealismo alemão que, de acordo com suas epistemologias, busca compreensões totalizantes e imediatas tanto dos fenômenos artísticos quanto do conhecimento, a alegoria apresenta um paralelo bastante distinto, delineando concepções estéticas a partir do entrecruzamento entre história e teologia. A alegoria força um olhar pela perspectiva do que está fragmentado, incompleto ou perdido, um novo olhar crítico sobre a história e as artes. O objetivo será o de estabelecer paralelos entre a obra de Benjamin e a de Roelofs, buscando atualizar a discussão benjaminiana a partir do tema da promessa na arte contemporânea.

Palavras-chave: alegoria; promessa cultural; Walter Benjamin.

An abstract painting featuring bold, thick brushstrokes in a palette of vibrant colors: yellow, orange, red, teal, dark blue, and black. The composition is dynamic and non-representational, with various shapes and textures created by the application of paint.

RODA DE CONVERSA

EXPERIÊNCIAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA NO “CHÃO DA ESCOLA”: Com a palavra as/os bolsistas do PIBID de Filosofia da UFG

Claudinei Gonçalves da Silva


Professor Supervisor PIBID-CECAD/SEDUC
claudinhosofhos@gmail.com

Diane Rocha Miranda

Professora Supervisora - Colégio Estadual Olavo Bilac/SEDUC - coords.
dianermiranda@gmail.com

A proposta da *Roda* é partilhar experiências adquiridas no “chão da realidade da escola”. Apresentaremos um diagnóstico que parte das distintas perspectivas das/os bolsistas integradas/os ao PIBID, tomando por base suas próprias vivências e aprendizados. Levaremos em consideração que habitamos uma escola em crise e o enfrentamento dessa crise passa pelo desafio cotidiano de combater o viés tecnicista que, ao alinhar a educação às demandas do mercado, tensiona, limita e precariza o trabalho das/os professoras/es na escola. É nesse cenário que a disciplina de filosofia vem sofrendo, historicamente, de um desprezo justamente pelo pressuposto segundo o qual a disciplina não teria um valor formativo útil em um Ensino Médio profissionalizante que prioriza a educação para o trabalho em detrimento da formação política para o exercício da cidadania. Com isso, o sentido ético-político da educação se esvaiu e essa perda é o que nos faz pensar e agir. Nosso propósito é defender que a especificidade da filosofia e do seu ensino sejam assegurados por meio de práticas pedagógicas que contemplem o exercício crítico da realidade escolar. Daí a necessidade de que nossas intervenções na escola contemplem habilidades e competências não centradas apenas em tecnicidades didático-pedagógicas. Partimos então dessas breves análises para dizer dos lugares dos quais estamos falando e o que estamos fazendo em nossas intervenções nas escolas parceiras do PIBID: Centro de Ensino em Período Integral Carlos Alberto de Deus e Colégio Estadual Olavo Bilac. Do mesmo modo, o que esperamos é que a escuta de nossas narrativas - pelas/os participantes da *Roda* - possa indicar caminhos que potencializem o nosso trabalho formativo na escola.

Palavras-chave: experiência; formação para a docência; escola.



SOBRE O E-BOOK

Tipologia: Dagny Pro, Antonio

Publicação: Cegraf UFG
Câmpus Samambaia, Goiânia,
Goiás. Brasil. CEP 74690-900
Fone: (62) 3521-1358
<https://cegraf.ufg.br>